

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

JORGE EDUARDO VIEIRA FERNANDES

**CARTAS DA ÁFRICA: FORMAS DE RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO E
CONQUISTA COLONIAL DO SUL DE MOÇAMBIQUE NO FINAL DO SÉCULO XIX**

PORTO ALEGRE

2019

Jorge Eduardo Vieira Fernandes

Cartas da África: Formas de Resistência à Ocupação e Conquista Colonial do Sul de Moçambique no Final do Século XIX

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre

2019

Jorge Eduardo Vieira Fernandes

**CARTAS DA ÁFRICA: FORMAS DE RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO E
CONQUISTA COLONIAL DO SUL DE MOÇAMBIQUE NO FINAL DO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

Resultado: _____.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. José Rivair Macedo – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS

Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS

Dr. Jorge Fernando Jairoce – Universidade Pedagógica (Moçambique)

Para Júlia, filha amada.

AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo à instituição Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por suas diretrizes voltadas para a inclusão social e acadêmica, através das ações afirmativas e da oferta de cursos superiores no período noturno. Sem essas iniciativas, eu sequer teria cogitado a possibilidade de frequentar o ambiente universitário. Sou extremamente grato pela implementação dessas políticas, reconheço as profundas transformações e os processos de conscientização que experimentei ao longo do curso. Testemunhei esses mesmos progressos em dezenas de colegas, com quem tive a satisfação de conviver durante esses anos que se passaram. Tornamo-nos pessoas melhores, com novas perspectivas e comprometidas socialmente.

Ao professor doutor José Rivair Macedo sou grato por muito além de sua orientação. Agradeço por sua confiança, paciência, disponibilidade e camaradagem. Agradeço por suas observações, pela disseminação do conhecimento, pelas longas conversas sobre os mais variados assuntos. Agradeço pela amizade e pelo respeito que sempre recebi. Agradeço pelo duplo privilégio de ser seu aluno e orientando.

Privilegiado também me senti ao assistir a aulas, palestras e seminários ministrados pelas professoras doutoras e pelos professores doutores que fazem parte do corpo docente da UFRGS. Sou grato por todos os encontros, todas as conversas, pelo acolhimento e pela consideração.

Aos servidores da UFRGS, à equipe da Comissão de Graduação (COMGRAD), aos funcionários terceirizados e prestadores de serviços, agradeço pelo apoio, por suas tarefas de suporte, de segurança, de manutenção, de consulta, de alimentação e fornecimento de cópias. Suas atividades são fundamentais para todos aqueles que frequentam o campus universitário.

Para cada colega de aula, um agradecimento especial, pela parceria, cooperação, compreensão, e pelo respeito. Um forte abraço e votos de muito sucesso pessoal e profissional.

Aos familiares e amigos que sempre acompanharam esta jornada, minha gratidão, pelos apoios e incentivos recebidos em todos os momentos. Agradeço pela compreensão de minhas ausências e meus distanciamentos eventuais.

Para os amigos em Moçambique: Maria Cândida, António Sopa, Celestino Taperero, Gerhard Liesegang, Jorge Jairoce, Marcelo Panguana e Ungulani Khosa,

sou grato pelo acolhimento, pela troca de informações, pelo apoio, pelas orientações, pela disponibilidade e amizade. Muito obrigado a todos; estamos juntos!

Faltam-me palavras para agradecer o apoio de minha filha Júlia. Amiga e parceira de jornada, ela tem sido meu ponto de equilíbrio desde seu nascimento. Fonte de inspiração e estímulo para novos recomeços, sempre esteve ao meu lado em cada iniciativa, em todas as circunstâncias da vida. Agradeço todos os momentos de carinho, respeito, abnegação e amor que me tornaram um pai melhor, uma pessoa melhor. Sem a presença e a participação dela, nada disso teria sido possível; esta obra é dedicada a ela.

RESUMO

A historiografia oficial portuguesa do período em que acontece a invasão colonial do interior da África subsaariana se refere aos africanos e suas lideranças como sociedades desprovidas de cultura, selvagens, manipuláveis, incapazes de controlar seus destinos e ignorantes da *verdadeira fé*, que deveriam ser submetidos ao processo civilizador. Esta monografia tem a pretensão de articular o conceito de resistência a essa invasão sob a ótica de historiadores africanos. Para atingir esse objetivo, são apresentadas correspondências, pessoais ou oficiais, produzidas no contexto de um movimento bélico que envolveu toda a metade sul de Moçambique em 1895. Na abordagem dessas missivas, são demonstrados conceitos de resistência à invasão colonial que possam ser aplicados à leitura de documentos e à compreensão das dinâmicas que existiram naquele conflito. Com isso, busca-se reconhecer nas diversas lideranças nativas suas percepções e atitudes como agentes em seu tempo. Um dos objetivos desta abordagem é a identificação daquilo que não está registrado sobre as lideranças africanas, um tipo de reconhecimento indireto das qualidades daqueles a quem os europeus desejavam subjugar. O resultado obtido é a elaboração de uma proposta alternativa para o manuseio das diversas formas de registros efetuados pelos invasores, que tinham como objetivo legitimar o projeto colonialista enaltecendo suas próprias atitudes. Assim, conclui-se que esta forma de interpretação documental configura-se em uma oportunidade para o exercício de uma abordagem histórica mais completa, livre de preconceitos e capaz de identificar protagonismos africanos.

Palavras-chave: Moçambique. Gaza. Ngungunyane. Colonialismo. Cartas. Resistência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 SOBRE A ABORDAGEM DAS CARTAS	11
2 DINÂMICAS INTERCONTINENTAIS NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DO INTERIOR AFRICANO – DO TRATADO DO ZAIRE AO ULTIMATO INGLÊS	15
2.1 O ESTADO DE GAZA.....	22
2.2 OS PERSONAGENS DAS CARTAS	27
2.2.1 Ngungunyane.....	28
2.2.2 Mouzinho	32
2.2.3 António Ennes.....	34
3 FORMAS DE RESISTÊNCIA E O CONFLITO DE 1895.....	37
3.1 CONFLITO E CARTAS	43
4 ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	68
ANEXO A – INTENDÊNCIA GERAL DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS EM GAZA. ACTA DA SESSÃO REALIZADA NO W’DEUGO A 6 DE NOVEMBRO DE 1891 A PEDIDO DO RÉGULO GUNGUNHANA.....	71
ANEXO B –INTENDÊNCIA GERAL DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS EM GAZA.....	75
ANEXO C – DIRECTOR GERAL DO ULTRAMAR, 12 DE JUNHO DE 1892.....	77
ANEXO D – CARTA DE HENRI JUNOD PARA ANTÓNIO ENNES – ORIGINAL EM FRANCÊS – TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS	82
ANEXO E – DE ANTÓNIO ENNES AO GUNGUNHANA	90
ANEXO F – RESIDÊNCIA DE GAZA, JUNTO DE MANJACAZE, 14 DE AGOSTO DE 1895.....	91
ANEXO G – ILUSTRAÇÕES RELEVANTES	94

1 INTRODUÇÃO

Quem ingressa na Fortaleza de Maputo, em Moçambique, vislumbra, ao seu lado direito, uma imagem forjada em bronze representando o momento da captura do último imperador do Estado de Gaza, Ngungunyane. Ao continuar percorrendo o interior da fortificação, o visitante se depara com uma figura equestre de Mouzinho de Albuquerque, herói nacional português que capturou o líder africano. Ao lado esquerdo desta, observa-se a estátua de António Ennes, comissário régio à época da captura. Ao fundo, no lado esquerdo, o visitante tem a oportunidade de ingressar em uma sala, relativamente discreta, onde se encontra uma bela urna funerária esculpida em madeira. No interior desta, encontram-se os restos mortais de Ngungunyane. Nessa obra de arte, a urna, o escultor moçambicano Paulo Come reproduziu imagens que correspondem ao modo de vida e crenças daqueles que compunham a sociedade Nguni, ou Vátua¹.

No mesmo ambiente onde se reverencia um dos maiores líderes africanos do período colonial, também se encontram representações de sua captura e daqueles que a praticaram. Tanto Mouzinho quanto Ennes, já haviam exercido funções em Moçambique anteriormente, conheciam o líder Nguni e concordavam que a manutenção de tal liderança representava um grande obstáculo para a ocupação definitiva do interior da província. Em setembro de 1893, António Ennes apresentou ao governo português um relatório em que defendia a manutenção daquele território, detalhando as potencialidades da região, as dificuldades percebidas e um orçamento para atingir o desenvolvimento local. No documento, cita diretamente Ngungunyane, a quem acusa de ter um caráter falso, e de estar convicto dos direitos que herdara de seu pai (que foi apoiado pelos portugueses durante o processo em que ascendeu ao poder de Gaza). Informa, ainda, que Ngungunyane, além de não estar disposto a se sujeitar aos europeus, dispensando a proteção para manter e ampliar seus domínios, percebera que era temido por eles.

Mouzinho de Albuquerque foi designado governador do Distrito de Lourenço Marques entre os anos de 1890 e 1892, praticou várias incursões que visavam a

1 António Ennes informa em sua obra que o termo Nguni (Ngoni, Vangune ou Mangune) é uma designação autoatribuída pelos vátuas. Sendo vátua uma corrupção de bathuas no dialeto ronga. Ninguém ignorava que os vátuas eram zulus que haviam expandido seus domínios desde o início daquele século.

diminuir o poder de Ngungunyane: apreensão de navios ingleses que transportavam armas, cobrança de impostos e cooptação de outras lideranças locais (régulos).

Todos os portugueses reconhecem a campanha militar de 1895 na África Oriental como um momento de resgate do orgulho nacional que emerge de um contexto em que o país atravessava grandes dificuldades políticas, econômicas e sociais. A repercussão da captura do Leão de Gaza ultrapassou as fronteiras portuguesas, e proporcionou a Mouzinho de Albuquerque uma projeção internacional. Por outro lado, praticamente todo livro ou publicação que aborde a história de Moçambique traz em sua capa a imagem de Ngungunyane, como a personalização da resistência africana à invasão colonial: um líder capturado que morre no exílio, com sua importância reconhecida a partir dos movimentos de independência, cujos restos mortais foram resgatados.

Conhecer as diversas formas de resistência e defesa de territórios elaboradas pelos africanos contra a invasão estrangeira é o principal objetivo desta monografia, em que é apresentado um conjunto de mensagens trocadas entre agentes coloniais. A referência temporal é o ano de 1895 e seus eventos correlatos, quando aconteceu a Guerra de Gaza, ou a Guerra de África de 1895, para os portugueses. Geograficamente, o conflito aconteceu na região Sul de Moçambique, área em que estava situado o maior império da África Austral.

A estrutura definida para articular os objetivos deste trabalho inicia com uma breve reflexão sobre os diversos aspectos envolvidos ao nos depararmos, como pesquisadores, com as várias formas de correspondências que se referem a um assunto, evento ou personagem. Alguns cuidados devem ser considerados quanto às interpretações durante a leitura dessas missivas, e às peculiaridades de quem as escreveu. A seguir, teremos uma rápida apresentação do contexto que envolveu Moçambique, Portugal, África Austral e Europa naquele período. Suas interações, causas, consequências, as dinâmicas internas e externas que atuaram naquele momento histórico. Desde as disputas pela ocupação do interior africano, desmitificando a Conferência de Berlim, até o *Ultimatum*, que feriu profundamente o orgulho nacional português. Uma resumida biografia dos principais personagens envolvidos é apresentada, para que possamos abordar efetivamente tanto o conflito propriamente dito quanto o desenvolvimento da ideia de resistência colonial a partir de uma interpretação africana.

Na abordagem das diversas formas de correspondências apresentadas (cartas oficiais e pessoais, relatórios e manifestos) há ênfase na detecção de manifestações que – apesar de num primeiro momento parecerem ter como objetivos a projeção pessoal, o relato do desdobramento de operações bélicas, a mistificação do projeto colonizador e a desvalorização das virtudes dos africanos – apresentam, direta ou indiretamente, as múltiplas técnicas utilizadas pelos colonizados para resistir ao processo de ocupação territorial. Como fontes dessas atitudes anticoloniais, foram selecionadas quatro obras básicas, duas delas produzidas imediatamente após o evento: em 1896, o relatório intitulado *A Prisão de Gungunhana* foi apresentado por Mouzinho de Albuquerque, e o livro *A Guerra de África de 1895*, cujo autor é António Ennes e tem sua primeira edição impressa em 1898. A obra de Ayres D’Ornellas, *Cartas D’Africa*, publicada em 1930, também faz parte desse conjunto, complementado pela coletânea organizada por Marcello Caetano em 1947, chamada *As Campanhas de Moçambique em 1895*.²

Além das obras referenciadas, também apoiam esta pesquisa diversas publicações lançadas desde períodos anteriores ao conflito, como *Apreciações ao Tratado Anglo-Portuguez*, escrito por Carlos Lisboa em 1890, seguida por uma grande quantidade de escritos que visavam a enaltecer a nação portuguesa e aqueles que participaram do evento. Um dos produtores desse tipo de obra foi Eduardo de Noronha, que escreveu *O Heroe de Chaimite*, prefaciado por Ayres D’Ornellas e Henrique de Paiva Couceiro, em 1906. Tais obras estão referenciadas ao final desta monografia.

Sobre a identificação e a abordagem de técnicas de resistência à invasão colonial, a ênfase será assumida a partir de conceitos e parâmetros elaborados por historiadores e demais intelectuais africanos. A amplitude e a complexidade dos atos e comportamentos refratários à intromissão europeia devem ser compreendidas por seus agentes em seu tempo e espaço, rejeitando um dos aspectos mais nefastos do discurso colonial, que é o de apresentar as diversas organizações sociais e políticas africanas como sendo irracionais ou bárbaras. Assumir a lógica do discurso colonial

² Os livros publicados em Portugal estão disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional, em Lisboa, e podem ser adquiridos eventualmente em algum dos inúmeros alfarrábios daquela cidade. O relatório que trata da captura de Ngungunyane está disponível no Arquivo Histórico Ultramarino. Já as obras de Gerhard Liesegang e Henri A. Junod se encontram na Biblioteca Nacional de Moçambique, em Maputo.

implicaria não reconhecer nos africanos suas percepções e capacidades de atuação e interação com os acontecimentos.

Conceito que apresenta grande dificuldade para sua definição, a resistência africana não deve ser abordada através de apenas uma chave conceitual, ou um parâmetro elaborado extrinsecamente ao contexto africano. Sua expressão traz um conjunto de outros significados que podem abranger insurgências, protestos, rebeliões, indisposições, sabotagens, resignação disfarçada, colaboração dissimulada ou eventual, assimilação parcial de crenças ou costumes e relações de conveniência.

À medida que foram sendo elaborados e consolidados os diversos movimentos de independência africanos, a expressão *resistência* passou a significar toda e qualquer ação oposta ao colonialismo, tornando-se autoexplicativa, quase sem necessidade de comprovação. Acredito, porém, ser positiva uma reinterpretação de sua essência, por meio da busca, nas diversas fontes disponíveis, de circunstâncias, eventos e atitudes que representem alguma forma de insubmissão, de contestação.

1.1 SOBRE A ABORDAGEM DAS CARTAS

O conjunto de fontes primárias, reproduzidas em livros citados ao longo do texto, é formado por mensagens e cartas de cunho pessoal ou oficial, incluindo alguns relatórios sobre movimentos bélicos e seus desfechos. Naturalmente, a totalidade de tais documentos não se encontra aqui exposta, somente alguns foram selecionados para demonstrar as dinâmicas que operavam naquela região durante o período considerado. Contudo, as informações sobre as obras consultadas estão na seção Referências, uma vez que o assunto é abrangente, e o recurso ao manuseio das mais variadas formas de comunicação escrita (oficial ou íntima), cada vez mais frequente.

Considero esta observação importante na medida em que, ao longo das pesquisas e leituras sobre o episódio da Guerra de 1895 em Moçambique, deparei-me com várias obras literárias belíssimas que abordam este assunto. Entre as várias obras de ficção e romances absolutamente cativantes gostaria de citar a obra de Ana Cristina Silva (2012) intitulada *O Rei do Monte Brasil*; a trilogia *As Areias do Imperador*, de Mia Couto (2015, 2016, 2017); e *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa

(2016). Trata-se de um grupo de obras em que seus autores fazem uso de uma cultura histórica que se manifesta reflexiva sobre um passado ainda muito presente, através da oralidade, do registro de memórias, e da manipulação de cartas e correspondências, em sua grande maioria, fictícias.

Ainda que inexistentes fisicamente, boa parte das mensagens, que formam o objeto destas obras, tem a capacidade de representar um universo de acontecimentos passíveis de terem ocorrido. E mesmo que não tenham acontecido de fato, em sua maioria, apresentam sentimentos e vivências que podem ter sido experimentadas por seus protagonistas, dando voz àqueles que nunca tiveram oportunidade de se expressar, e nem eram considerados ao longo das narrativas e correspondências oficiais. A partir dessa observação, nasce um dos objetivos deste trabalho de conclusão de curso, que é, através da compilação de documentos pessoais e oficiais produzidos no período, apreender as diversas formas de resistência utilizadas pelas populações locais diante do invasor e conquistador europeu.

Ao manusear qualquer tipo de documento ou fonte primária, cabe ao pesquisador a busca de elementos e circunstâncias pertencentes a um determinado período, e as maneiras com que tais fatores interagiram no seu contexto histórico. Mantendo, na medida do possível, o maior grau de isenção e quaisquer sentimentos em relação aos autores de tais documentos, bem como aos usos e costumes neles demonstrados. Todo e qualquer registro produzido merece ser respeitado e abordado como parte de um sistema de dinâmicas históricas que interagiram e produziram evidências. Desse modo, a abordagem criteriosa de tais evidências promove a formulação de novos questionamentos.

Registrar eventos importantes, acontecimentos, percepções individuais ou coletivas é uma das formas encontradas pela humanidade para a manutenção de sua memória. As formas de manutenção dessas lembranças (oral, escrita, pictórica etc) refletem os contextos tradicionais e culturais de uma sociedade. Todo documento, individual ou coletivo, apresenta um significado de seu passado histórico. O acesso a tais documentos abriu a possibilidade de se desenvolverem estudos sobre o imaginário dos indivíduos, uma possibilidade de recuperação das diversas formas de se expressar, sentir, viver e descrever a realidade de tempos passados, identificando a manutenção de traços desses momentos na contemporaneidade. Os historiadores têm a consciência de que tais imaginários se

formam a partir de construções sociais, portadoras de características temporais e históricas específicas capazes de assumir e provocar interpretações, sentidos e arranjos diversos ao longo do tempo e do espaço em que são abordados.

Descrever uma trajetória, um fato ou evento histórico também envolve uma parcela ficcional. Mas ao investigador não é concedida a possibilidade de criar um evento em seu sentido absoluto; ele tem por função a busca por elementos e conversão destes em fontes que sejam capazes de receber significados. Nessa tarefa de ficção controlada a partir de fontes e arquivos, o historiador tem como objetivo principal demonstrar realidades envolvidas nos acontecimentos.

Nesta prática heurística, a utilização de correspondências pessoais ou oficiais pode representar uma tarefa delicada para o pesquisador, uma vez que são discursos sobre aquilo que se passou expressos de acordo com o entendimento de quem produziu a narrativa, e a quem esta mesma narrativa se dirige. As cartas, produzidas sob diversas formas, compõem parte significativa dos modelos discursivos: os dramas pessoais, aspirações profissionais, relatos familiares, documentos oficiais, relatórios de operações, declarações públicas sociais ou políticas, entre outras manifestações escritas, revelam a riqueza e a diversidade de possibilidades das atividades humanas. Mas é importante observar que o ato de produzir uma correspondência demanda algum nível de distanciamento, espacial ou temporal, entre os interlocutores e os fatos a que se referem. Transformando-se em material básico para investigações posteriores, as cartas são exercícios de compartilhamento de experiências, de entendimentos de seus mundos em seus tempos. Apresentam-se como formas de exposições mútuas entre os missivistas, dos fatos descritos, dos personagens citados e das relações que envolvem todos esses elementos.

Considerando que cada indivíduo percebe a realidade de maneira singular a partir dos seus sentidos e de sua cultura, e que essa percepção pode ser alterada ao longo do tempo e em espaços diferentes, notamos que a coletivização de tais percepções irá produzir imaginários construídos socialmente. Essas mentalidades guardam especificidades que podem ser datadas e historicizadas a partir daquilo que foi registrado sobre um determinado fato, personagem, lugar ou sociedade. Transformar esses registros em fontes capazes de responder a questionamentos ainda não formulados é tarefa do pesquisador, que deve procurar manter sempre aberta a possibilidade de desenvolver novas abordagens que visam à recuperação

das formas de ver, sentir, e expressar as realidades vividas em tempos passados por seus protagonistas.

As diversas formas de correspondências acessíveis, cartas oficiais ou íntimas, relatórios, manifestos, estabelecem algum nível de distanciamento entre os interlocutores, que pode ser espacial ou temporal. Trazem consigo, também, algum nível de afastamento entre o autor da mensagem, os acontecimentos e personagens que são referidos ao longo da narrativa. Nessa representação do outro, ou daquilo que aconteceu, são construídas narrativas intimamente ligadas aos projetos e desejos que envolvem seus autores, algumas vezes, com objetivo de desqualificar alguma das partes ou fatos envolvidos. Através desse exercício de leitura daquilo que não foi escrito, ou que está colocado de forma obtusa e subjetiva, estabelece-se a tentativa de compreender e apreender as diversas nuances da personalidade e das motivações do outro.

Ao longo da leitura dessas fontes, a procura das relações construídas entre os interlocutores deve ser constante. Essa predisposição será muito útil para compreender a característica discursiva da produção do texto que envolve os missivistas, facilitando a identificação de suas estratégias e expectativas. A época, os espaços e os estatutos constituintes do ambiente de produção das mensagens são elementos que não podem ser desprezados ao longo da investigação. As significações que um documento pode assumir variam de acordo com as apropriações, técnicas de abordagem, competências de leitura e convenções assumidas pelo pesquisador.

Tais fontes podem se apresentar de forma híbrida tanto na forma como foram concebidas como nas características e peculiaridades do autor e do destinatário, dos contextos a que se reportam, e do local e do tempo em que foram produzidas. A percepção desses hibridismos conduz ao estabelecimento de um diálogo entre o investigador e suas fontes, ampliando os horizontes de leitura e compreensão desses textos concebidos de acordo as múltiplas dinâmicas atuantes no ambiente de sua produção.

2 DINÂMICAS INTERCONTINENTAIS NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DO INTERIOR AFRICANO – DO TRATADO DO ZAIRE AO ULTIMATO INGLÊS

Não é muito difícil ouvir um europeu se referir à África como *aquele continente que tem uma capacidade inesgotável de regeneração*. Uma afirmativa dessa ordem carrega toda uma elaborada ideologia que vem justificando a expropriação de todas as riquezas humanas e materiais africanas que atendam às necessidades econômicas de estrangeiros. Práticas de capturas de pessoas, trocas comerciais e explorações eram verificadas desde alguns séculos antes da passagem de Vasco da Gama pelo litoral africano em 1498. Mas é inegável o fato de que, a partir do contato mais frequente com os europeus, as dinâmicas envolvidas no tráfico e na exploração crescem exponencialmente, com alcance global, abalando seriamente as estruturas sociais, políticas e econômicas das diversas sociedades africanas.

Entre as décadas que compreendem o final do século XVIII e o início do século XIX, as nações europeias enfrentaram os processos de independência de suas colônias americanas. No ambiente interno, a Europa atravessou um período em que as constantes disputas das relações de força abalaram o equilíbrio de seu sistema internacional. As Invasões Napoleônicas, a Guerra da Crimeia em 1856, e a Guerra Franco-Prussiana de 1871 são alguns exemplos. A partir da segunda metade oitocentista, cresceu substancialmente o interesse europeu pela África, em especial, a exploração de seu interior apoiada em fatores significativos que estimularam a expansão colonial. O cenário econômico e financeiro, o advento da segunda revolução industrial e o aumento na densidade demográfica do Velho Continente são elementos que devem ser considerados para uma abordagem inicial sobre a conjuntura europeia daquele período.

A partir do encerramento do conflito franco-prussiano, qualquer forma de expansão territorial interna na Europa se tornara inviável, pois, sob a pressão conjunta dos movimentos nacionalistas e do sistema de compensações, o menor movimento expansionista dentro do continente europeu representava um verdadeiro risco de se transformar em grave conflito. A alternativa que se elabora em função dessa situação é a ideia de que o jogo de equilíbrio entre os poderes europeus poderia ser estendido para fora do continente, nas regiões que os juristas ocidentais consideravam *res nullius*, coisa ou lugar sem dono, de ninguém. Estavam lançadas as bases para o início de uma corrida desenfreada por regiões onde houvesse as

matérias-primas necessárias ao novo modelo de produção, incluindo a abertura e a conquista de novos mercados.

Justificando e estimulando o empreendimento imperialista, começam a ser forjadas as ideologias coloniais. Tais projetos se alinham em torno de objetivos macroeconômicos, como as ligações Cidade do Cabo-Cairo, Dakar-Djibuti ou a África Meridional Portuguesa, reivindicando ainda um sentido transcendental de missão histórica, um destino nacional ou saga civilizadora. Aos interesses de ordem econômica ou política e valores ideológicos, somam-se outros fatores que estavam sustentados em diferentes grupos de pressão que aprovaram de forma difusa a expansão colonial, como a curiosidade científica, o filantropismo ou o prazer pela aventura. As sociedades de geografia começam a surgir nas principais capitais europeias, familiarizando a opinião pública com a questão colonial. Uma ação evangelizadora abre caminho à colonização, estimulada pela rivalidade entre os movimentos missionários católicos e protestantes. A ação de alguns homens de Estado, de organizações filantrópicas e o comprometimento da opinião pública naquele período são fatores que não podem ser desconsiderados na abordagem sobre a expansão do movimento colonial.³

Entretanto, no caso português, antes que as novas potências exploradoras atuassem no continente, já havia registros documentais de algumas intervenções na vasta área que intermediava Angola e Moçambique desde 1785 até as grandes explorações de Capelo e Ivens, em 1877. Esse pioneirismo lusitano na África era traduzido simbolicamente ao nível do direito internacional como o *princípio dos direitos históricos*, que foi reconhecido e regulou algumas questões coloniais. Ao longo do século XIX, foram três os incidentes diplomáticos de contestação declarada à soberania de Portugal em território africano. Curiosamente, todos foram apresentados pelos aliados ingleses, que agiam sempre da mesma forma: abordavam a região costeira com os seus navios de guerra, celebrando tratados com os régulos, hasteando sua bandeira, praticando atos de hostilidade ou de dominação. Na sequência, eram articulados movimentos diplomáticos

³ Neste florescente ciclo da história africana, as primeiras expedições nos remetem ao missionário inglês Livingstone, que, entre os anos de 1840 e 1873, percorreu o curso do rio Zambeze, reconheceu o lago Niassa e o lago Tanganica até a nascente do rio Zaire. Um jornalista americano, de sobrenome Stanley, também encontra-se entre os pioneiros, por verificar a navegabilidade do rio Zaire desde o lago Tanganica até a costa ocidental africana, abrindo concretamente a possibilidade da penetração europeia ao interior do continente por aquela via.

reivindicatórios fundamentados no abandono do território por parte da Coroa Portuguesa e em uma pretensa necessidade de ocupação para reprimir o tráfico de escravos. A Questão de Ambriz foi solucionada pelo governo português através de uma expedição militar que ocupou efetivamente o território em 1853. Os outros dois questionamentos foram esclarecidos através de arbitragem internacional: a Questão da Baía de Bolama, por sentença do presidente Grant, dos Estados Unidos da América, em 1870; e a Questão da Baía de Lourenço Marques, definida pelo general Mac Mahon, presidente da França, em 1875. Ambos decidiram em favor das aspirações portuguesas.

A aceitação desse princípio começa a mudar radicalmente a partir do último quarto do século XIX. Na Conferência de Bruxelas, em 1876, já foram apresentadas as primeiras críticas aos direitos históricos portugueses, e a década que se estende até 1884 vê surgir um novo princípio diplomático: o argumento da ocupação efetiva do território. Oposto ao princípio dos direitos históricos, o princípio da ocupação efetiva estava intimamente ligado à nova expansão colonial europeia, que buscava uma legitimação sob a ótica do direito internacional, uma vez que os europeus começam a se instalar no interior africano a partir de 1875, e de forma muito intensa ao longo das duas últimas décadas daquele século.

Franceses, belgas, alemães e americanos demonstravam grande interesse pelo território do Zaire, causando grande preocupação às autoridades portuguesas, que buscavam estabelecer um tratado com a Inglaterra. Somente em 1882, pressionado pelo avanço franco-belga na região, é que o governo britânico se prontifica a estabelecer negociações com Portugal. O resultado dessas negociações é redigido em Londres no dia 26 de fevereiro de 1884, e fica conhecido como o Tratado do Zaire, reconhecendo a soberania portuguesa sobre o território em disputa. Assim que o texto é publicado, surgem muitas reações negativas, tanto por parte das embaixadas europeias como da imprensa internacional, incluindo a imprensa inglesa. Sob as críticas da opinião pública e da pressão diplomática da França e da Alemanha, o governo britânico fica obrigado a abandonar o Tratado, sem que tenha sido submetido à discussão no Parlamento. Surpreendido com tal posicionamento, mas forçado a aceitá-lo, o ministro dos Negócios Estrangeiros Português, Barbosa du Bocage, afirma que apenas uma conferência internacional poderia encontrar um mecanismo que solucionasse esse problema.

Apesar de não ter sido ratificado, o Tratado do Zaire apresenta um aspecto que justifica o interesse histórico sobre ele. Pois, além de ser o instrumento diplomático luso-britânico que precede a Conferência de Berlim, e que a provoca, nele são consolidados princípios que as duas nações vinham negociando desde algum tempo, ainda que muito prejudiciais aos interesses ibéricos. Ele esclarece dúvidas e reconhece a posse de Portugal sobre territórios que até então vinham sendo questionados. A liberdade de comércio, de estabelecer-se, de compra e venda, o tratamento igualitário a ser concedido a cidadãos portugueses e estrangeiros nos territórios em questão marcam uma nova fase administrativa da África Ocidental. A liberdade de navegação e de comércio em todas as vias fluviais e ao longo da costa marítima, para súditos de bandeiras de qualquer nação, também representa um impulso significativo na corrida para o interior africano.

O chanceler alemão, Bismarck, toma a iniciativa sugerida pelo ministro português, e convoca para novembro do ano de 1884 uma conferência colonial em seu país. Em 15 de novembro, é aberta a Conferência de Berlim, e catorze representações fazem-se presentes: Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Reino Unido, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia e Império Otomano. Os trabalhos diplomáticos se prolongam até fevereiro de 1885, e as deliberações transcorrem sobre três pontos fundamentais: a liberdade de comércio na Bacia do Congo; a aplicação aos rios Níger e Congo do Estatuto Internacional de Liberdade de Navegação consignado em Viena; e a definição das formalidades necessárias para que as novas ocupações no litoral da África possam ser consideradas efetivas.

Entre as resoluções proferidas no âmbito da diplomacia internacional, duas pesam significativamente sobre a política externa portuguesa. A primeira é o reconhecimento da soberania territorial da então criada Associação Internacional do Congo sobre a região que logo se tornaria o Estado Independente do Congo, tendo como soberano Leopoldo II da Bélgica. A segunda resolução está intimamente ligada ao terceiro ponto da proposta inicial dos trabalhos. O Ato Geral que encerra a Conferência, e de que foram signatários todos os participantes, reporta-se em seu último capítulo às condições básicas a serem apresentadas para que as novas ocupações nas regiões litorâneas do continente africano sejam consideradas efetivas. Seu artigo 35 está redigido da seguinte maneira:

As Potências Signatárias do presente Acto reconhecem a obrigação de, nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano, assegurarem uma autoridade suficiente para impor os direitos adquiridos e, se for caso disso, a liberdade do comércio e da circulação nas condições em que for estipulada. (M'BOKOLO, 2012, p. 313).

Redigido em 26 de fevereiro de 1885, esse documento significou o reconhecimento internacional do princípio da ocupação efetiva do território, em contraponto aos direitos históricos reivindicados pelos portugueses. Consagrando, portanto, uma nova orientação que vinha se esboçando desde a década anterior para reger as questões coloniais. A derrota da política externa portuguesa tomava forma, e as repercussões da Conferência não tardariam.

O novo direito colonial produzido em Berlim consagra a lógica da efetiva ocupação, colocando em segundo plano o princípio do direito histórico. Apesar da insistência britânica para que esse novo princípio tivesse aplicação sobre todo o continente, a reação negativa de todas as demais potências impede tal aspiração, fazendo com que a declaração final do encontro se referisse somente às regiões costeiras. Logo, surge como um imperativo para todas as potências envolvidas, a expansão de suas ocupações efetivas em direção ao interior africano. Isso promove uma disputa por regiões ainda não invadidas, que viriam a ser reconhecidas como esferas de influência de cada nação europeia. A partir dessa nova situação, Portugal se vê obrigado a ocupar efetivamente os territórios que reivindicava como direito histórico, estabelecendo de fato sua esfera de influência no interior do continente. Precisamente na disputa desta questão, encontra-se a origem do conflito anglo-luso que irrompe em 1890.

A nação de Camões sonhava em realizar um projeto concebido por sua Sociedade de Geografia, a ligação entre os territórios de Angola e Moçambique. A tal plano de unificação territorial se deu o nome de África Meridional Portuguesa. O mapa desse projeto surge, inicialmente, em um manifesto de 1881, apresentando graficamente a zona de influência portuguesa colorida em cor-de-rosa (VALE, 2015). Entretanto, oficialmente, só em 1886 esse mapa é publicado em anexos de protocolos de convenções estabelecidas entre portugueses, alemães e franceses. A partir de então, impulsionadas pela Sociedade de Geografia e pelo ministro Barros Gomes, novas expedições se lançam para consolidar o mapa cor-de-rosa e realizar o sonho da expansão colonial (TEIXEIRA, 1990). Alemanha e França tinham o mesmo objetivo de consolidar uma ligação territorial unindo Atlântico e Índico.

A região da Zambézia foi ocupada por Paiva de Andrade a partir de 1887; o Niassa e demais áreas do norte de Moçambique são exploradas por Victor Cordon e António Maria Cardoso. Paiva Couceiro e Artur Paiva lançam-se à costa ocidental, ocupando o Bié. Serpa Pinto, após ocupar Tungue, dá continuidade a sua missão invadindo e submetendo a região dos Makololos. Este último movimento foi entendido pelos britânicos como agressão ao seu protetorado, e exigem de Lisboa a imediata retirada das tropas: era o *Ultimatum*.

Convenções estabelecidas entre Portugal, França e Alemanha ao longo de 1886 negociaram a delimitação das esferas de influência na região. O mesmo procedimento não aconteceu com a Inglaterra, uma vez que o projeto da África Meridional Portuguesa contrariava frontalmente o projeto britânico da ligação da Cidade do Cabo ao Cairo, liderado por Cecil Rhodes. A partir de agosto de 1887, o governo inglês estabelece o conflito diplomático, protestando formalmente contra qualquer pretensão territorial que não estivesse baseada no princípio da ocupação efetiva. Segue-se uma longa troca de notas diplomáticas. A estratégia do governo português foi de retardar, adiando ao máximo a questão. Em outubro de 1889, a rainha Vitória concede, através de carta régia, poderes e personalidade jurídica à *British South Africa Company*, conhecida a partir disso como *Chartered*. Com tal reconhecimento, Rhodes pressiona seu governo para que imponha uma resposta aos administradores portugueses contra a ocupação.

Serpa Pinto encontrara no vale do rio Chire, atual região Sul do Malawi, a bandeira inglesa hasteada e os Makololos revoltados contra Portugal. Ocorrem diversos movimentos militares e, quando João de Azevedo Coutinho conquista a região, submetendo as lideranças africanas, o governo inglês considera esta ação agressiva e rejeita qualquer solução de acordo ou arbitragem. Após concentrar forças navais em pontos estratégicos do litoral moçambicano, a Inglaterra remete um memorando ao governo português em 11 de janeiro de 1890:

O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: que se enviem ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas no Chire e no País dos Makololos e Machonas se retirem. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO, 1890 apud TEIXEIRA, 1990, p. 60).

Naquele mesmo dia, o Conselho de Estado Português se reúne, sob a presidência do rei D. Carlos. Após divergências sobre o posicionamento a ser assumido em relação às demandas inglesas, o ministro Barros Gomes torna público um comunicado final:

Em presença duma ruptura iminente das relações com a Grã-Bretanha e todas as consequências que poderiam dela derivar, o governo resolve ceder às exigências recentemente formuladas nos dois últimos memorandos, ressalvando por todas as formas os direitos da Coroa de Portugal nas regiões africanas de que se trata, protestando bem assim pelo direito que lhe confere o artigo 12 do Acto Geral de Berlim de ser resolvido o assunto em litígio por mediação ou arbitragem. O Governo vai expedir para o Governo-Geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO, 1890 apud TEIXEIRA, 1990, p. 62).

Estava decretado o fim do sonho do mapa cor-de-rosa, e as repercussões de tal desfecho se manifestaram com menor intensidade nas relações diplomáticas e na política colonial imediata, e, mais profundamente, nas questões internas portuguesas. O *Ultimatum* desencadeia um estado coletivo de desespero e contestação em todos os locais públicos. Na capital, nas cidades do Porto e de Coimbra e por todo o reino sucedem-se manifestações. Em comícios e jornais, transbordam execrações ao regime e àqueles que o serviam, como os responsáveis pela vexatória derrota. O movimento republicano percebe o momento e incrementa fortemente sua luta antimonárquica, culminando em uma rebelião que é reprimida na cidade do Porto em 31 de janeiro de 1891. Neste ambiente interno conturbado onde aflorava o nacionalismo português e o repúdio aos britânicos, são feitas tentativas para amenizar o sentimento de humilhação. Um tratado é proposto em agosto de 1890, e sua rejeição pelo parlamento português foi resultado de forte mobilização popular e política. Entretanto, na defesa deste tratado, Carlos Lisboa publica um manifesto em que apresenta as dificuldades enfrentadas e as fraquezas admitidas:

Todos os que estudarem e discutirem com bom animo (sic), e boa fé o tratado Anglo-Portuguez teem de reconhecer que não é uma pequena obra elevar Portugal a esta situação preponderante d'accordo com o governo inglez, e com a concordancia dos outros governos europeus – isto depois do ultimatum de 11 de janeiro, depois da plenissima demonstração da nossa absoluta fraqueza, sabendo-se que não temos actualmente marinha, nem exercito (sic), credito (sic), nem dinheiro; sómente pelo prestigio, pela força e pela auctoridade do nosso direito, pela respeitabilidade do nosso nome, pela confiança que ainda inspira a robustez da nossa nacionalidade apezar da sua decadencia politica (sic), que para todos começa a ser clara e manifesta. (LISBOA, 1890, p. 25).

Uma crescente agitação interna começa a ameaçar o regime de governo português; percebendo tal situação, a diplomacia inglesa torna-se mais moderada, pois não lhe interessava a possibilidade de aproximação dos portugueses com outras potências europeias, em especial, com a França e a Alemanha. São estabelecidos modos de convivência entre bretões e lusos na África, e um novo tratado é ratificado em junho de 1891. (ALMADA, 1943, p. 35).

Sob condições prejudiciais aos interesses de Portugal, o conflito é encerrado sem que tenha havido uma mudança significativa na orientação da política externa portuguesa. Mas, internamente, as consequências adquirem uma dimensão de trágica derrota. O embate diplomático é aproveitado e explorado, provocando traumas na consciência nacional. Transformado em uma questão de política interna, o *Ultimatum* se estabelece como um problema de estratégia administrativa, que será manipulado como um sentimento de afronta a ser resgatado. E o palco onde esse resgate deveria ocorrer estava definido.

2.1 O ESTADO DE GAZA

Para a compreensão do surgimento do Estado de Gaza, é importante fazer referência a um período marcado por significativas migrações decorrentes de lutas internas na África Austral, o *Mfecane* (*Mfekane*). Um grande número de reinos ou chefias locais, com populações que variavam entre três e vinte mil habitantes – cujas lideranças apresentavam um nível de vida acima daquilo que seria considerado normal, em função dos tributos arrecadados – vivia naquela região no início do século XIX. Tal situação se modifica a partir de um movimento de disputas e transformações políticas que se desenrolaram na região, que passa a ser conhecida posteriormente como Zululândia. Uma das consequências dos conflitos é um extenso movimento de migração de grupos étnicos *ngunis*⁴.

⁴ De acordo com a tese apresentada por Gabriela Aparecida dos Santos (2017), o termo *nguni* era uma representação assumida por grupos dominantes politicamente relacionados que reivindicavam direitos referentes a uma suposta primazia histórica, e por comunidades recentemente formadas que buscavam estabelecer uma identidade corporativa para si. Portanto, esta designação não deve ser compreendida como sinônimo de uma relação étnica ancestral, mas a partir da capacidade de alguns grupos em reivindicar senioridade genealógica e, por consequência, maior autoridade histórica e política.

A partir da segunda metade do século XVIII, alguns fatores se articulam, desencadeando o conflito. Entre eles, pode ser observado o crescimento da atividade comercial com a Baía do Maputo, pois os *nguni* exportavam marfim e importavam missangas, lingotes de latão, braceletes e tecidos. Deste comércio, surgem disputas entre as diversas linhagens para estabelecer o controle das rotas comerciais ao longo da costa e na direção do interior do continente. Na virada do século, os conflitos são acentuados por um período de crise natural, quando são observados anos de fome e seca. Tal crise teria provocado um desequilíbrio na estabilidade agropecuária, intensificando as disputas entre os grupos étnicos interessados em dominar as regiões mais favoráveis ao pastoreio e ao cultivo agrícola.

Ao longo desse período, o número de unidades político-sociais na região diminui, mas, entre os grupos remanescentes, o reino Nduandue, chefiado por Zuide, e o reino Mtetua (*Mtewa*), liderado por Dingisuaio (*Dhingiswayo*), passam a ganhar destaque, avassalando régulos de outros reinos. Esses dois faziam uso de uma prática local para organizar seus exércitos: a formação de regimentos de acordo com a idade de seus componentes, os *buthos*, em que eram estimuladas as capacidades guerreiras de cada jovem, independentemente do prestígio da família do guerreiro.

Os reinos Mtetua e Nduandue estiveram em conflito entre 1816 e 1821. Em um dos primeiros enfrentamentos, Dingisuaio, rei *mtetua*, é capturado e morto. Como efeito disso, um de seus chefes militares, Tchaca (Chaka), da linhagem zulu, assume o poder no território *mtetua*, iniciando um reinado que se estende de 1818 até 1828. Após uma nova batalha, Mtetua conquista a vitória, fazendo com que parte de Nduandue venha a ser submetida pelo vencedor, e outra parte procure refúgio em regiões fora do alcance de Tchaca. Entre os que emigraram, estavam Zuangendaba, Sochangane (Manicusse), Nqaba Msane e Nguana Maseko.

Especificamente sobre os *nguni* de Gaza, que conquistaram o território que abrange desde imediações da atual Maputo até o rio Zambeze, observaremos que a maior parte de seu domínio encontrava-se dentro do atual território de Moçambique. Sochangane, o primeiro rei, obteve sucesso na conquista através de uma política de assimilação das populações locais. Foram os jovens guerreiros incorporados ao sul do rio Save que participaram da aniquilação, em 1834, na Zavala, de uma expedição portuguesa vinda de Inhambane e, em 1835, de um grupo de *boers* vindos do

Transvaal. Também foram os componentes desses exércitos que dominaram até 1845 toda a região litorânea até o rio Zambeze.

Um vasto território que abrangia desde o rio Incomati até o rio Zambeze implicava a criação de uma estrutura administrativa eficiente para manter o controle sobre a região. Para atingir tal objetivo, os governantes do Estado de Gaza utilizaram-se dos mecanismos elaborados na sociedade *nguni*, onde os filhos de reis ou chefes de linhagens importantes recebiam, como regiões tributárias, certas zonas compostas por um ou vários reinos anteriores. Os antigos chefes locais podiam dirigir-se ao chefe do Estado de Gaza através desses novos senhores, que estabeleceram um sistema de tributação e cujo poder aumentava à medida que o número de súditos também crescia.

O primeiro rei, Sochangane, viveu a maior parte de seu reinado no vale do rio Limpopo. Vendia marfim que recebia como tributo, mas geralmente não restituía os escravos que se refugiavam em seu território aos portugueses. Após sua morte, em 1858, seu filho Maueue (*Mawewe*) sucede-lhe no trono. Devido ao fato de possuir um patrimônio pequeno, resolve atacar seus irmãos mais velhos que administravam territórios bem maiores. Somente Muzilla consegue fugir para o Transvaal. Esse novo rei hostilizou muitos de seus vassallos e algumas lideranças vizinhas, de tal forma que criou um grande número de inimigos internos e externos.

O Estado de Gaza incorporou populações inteiras, que foram obrigadas a fornecer tributos de todo tipo de gêneros e, muitas vezes, meninas e meninos para a classe dominante. Essa prática nem sempre era bem aceita. Além das contradições internas, surgiram atritos com estados africanos vizinhos, como os *chope*, considerados rebeldes em relação ao mandatário de Gaza. Esses foram objetos de frequentes razias por parte dos *nguni*, e muitos fugiram para territórios vizinhos de Inhambane, onde se sujeitaram ao domínio português.

As populações não integradas à estrutura dominante tinham a designação *tonga*, e mantiveram seus reinos. Alguns desses súditos, através de uma longa associação com o Estado de Gaza, obtiveram um estatuto especial. De tal forma que foram incluídos no grupo dos assimilados. Exemplos disso podem ser encontrados no estudo de grande parte das populações do vale do rio Limpopo e dos *khoisan* de Magude. Por esse motivo, são ainda hoje conhecidos por *changanas*, que originalmente corresponde à condição de súditos, de povo de Sochangane.

Os mensageiros e soldados do rei viviam às custas das populações dos territórios por onde passavam ou que invadiam, exigindo tudo aquilo de que necessitassem ou que desejassem. Os exércitos não dispunham de sistema de abastecimento próprio, dessa forma, o sustento se dava através da expropriação daquilo que as populações locais produziam. Essa prática era considerada uma forma de tributo, e a sua imposição gerava muitos descontentamentos.

Sabemos que diversos pesquisadores apontam o ano de 1821 como referência temporal da fundação do Estado de Gaza, ocorrida às margens do rio Tembe, localizado ao sul da cidade de Maputo. Sochangane⁵, nascido em torno de 1785 (Manukusa, em *nguni*; Manukuse ou Manikhosi, em *tsonga*; Manicusse ou Manicuce, em português), era comandante do exército de Zuide (*Zwidhi*), rei dos *nduande* (*ndwandwe*) nas batalhas contra Dingisuaio, soberano dos *mtetua*, aliado de Tchaca no período da expansão zulu a partir da África Austral, também conhecida como *Mfecane*, conforme já mencionado. Sochangane, cujo nome verdadeiro era Mbekwapi, conseguiu escapar com parte de seus homens, refugiando-se no atual território de Moçambique. Começou a estabelecer seu domínio na região, proclamou-se rei e passou a usar o nome Manikhosi, cuja origem remete à expressão em zulu *i mani nkosi?*, que pode ser traduzida como: *quem é o rei?*.

Com seus guerreiros bem armados e treinados, o então Manikhosi inicia o processo de conquista e expansão territorial, submetendo e avassalando os clãs instalados na região. Esse período de estruturação vai até meados da década de 1840, quando o Estado de Gaza abrange desde o rio Incomati, no Sul, até o rio Zambeze, que corta o centro do país, tornando-se um dos maiores da África Austral, pois abrangia metade do atual território moçambicano, além de partes de Zimbábue e Zâmbia. Sochangane morreu em 11 de outubro de 1858, em Chaimite.

Maueue, nascido em 1821, um dos filhos mais novos de Sochangane, tornou-se o segundo rei em 1859, governando até dezembro de 1861, ano durante o qual fora derrotado em batalhas, e, em 1862, deslocou-se para o exílio na Suazilândia, onde

⁵ Amaral (2009, p. 36-37) cita que, de acordo com a tradição oral informada por Bernardo Mahubane (1918-2000), Mbekwapi significa *onde colocá-lo*, e a origem do nome Sochangane se refere a uma frase pronunciada por Tchaca em zulu, quando lhe informaram que o seu adversário tinha conseguido escapar. Naquele momento, o imperador teria dito: “Isi zó shangana”, que significaria “Vamos nos encontrar”.

morreu após uma década. Foi sucedido por Muzila, pai de Ngungunyane.⁶ Gerhard Liesegang (1996, p. 10-11), na obra em que apresenta a trajetória do último imperador de Gaza, faz uma observação bastante esclarecedora quando afirma:

Os nomes identificando o estado e os cidadãos são derivados dos nomes dos principais chefes da linhagem real. O fundador do reino, ou império, é o já mencionado Sochangane ou Manukuza. Manukuza era filho de Zikode e bisneto de Mangwa Gaza. O nome Sochangane deu origem ao termo Changana, inicialmente utilizado para designar os nacionais (geralmente os aculturados) de um Estado do Incomati ao Zambeze sem distinção da sua origem étnica, e depois, no tempo colonial, um grupo étnico evidenciando alguma influência nguni, daí que a aplicação do termo se foi reduzindo. Do nome de Mangwa Gaza foi derivada a designação do estado cujo uso se generalizou na África Austral na década de 1870, e que depois colou apenas numa pequena parte do Estado, numa Província. Do nome do pai de Mangwa Gaza, chamado Mkacwa, deduziu-se o nome da linhagem real, que era também Mkacwa. A linhagem de Mkacwa tinha sido uma família importante no estado Ndwandwe desbaratado pelos Zulu de Chaka entre 1820 e 1821.

No final do século XIX, Gaza era o maior Estado da região da África Austral em termos de extensão. Cerca de 80% de sua área estava na zona de influência portuguesa, graças ao tratado anglo-português de junho de 1891, que foi ratificado. Estima-se que pouco menos de um milhão de pessoas viviam naquela área, onde ocorriam conflitos que resultavam em pilhagens e destruições, muitas vezes interpretadas como movimentos para garantir a estabilidade do Estado, de modo a manter a autoridade do imperador. Para o governo britânico, interessava a manutenção do sistema de governança português naquela região, uma vez que isso garantia o seu interesse de estabelecer o eixo Cidade do Cabo-Cairo, contrapondo projetos de outras potências europeias na região, em especial, os da França e da Alemanha. Nesse sentido, a região de Gaza adquire importância estratégica na medida em que seu controle, além de representar a possibilidade de exploração dos recursos, deveria ser exercido por um parceiro que não representasse ameaça aos objetivos de Londres.

⁶ Em 1861, uma aliança temporária formada por uma ala descontente da aristocracia *nguni*, composta por Magudzu Khosa e outros chefes tsonga do vale do rio Incomati, somada aos interesses de comerciantes de marfim apoiados por tropas portuguesas estimulou Muzila a combater seu irmão. Após os primeiros combates, Maueue escapa para a região da Suazilândia. O resultado do conflito, que se estendeu até 1868 em algumas regiões, foi a vitória da coligação Muzila-Magudzu.

suas trajetórias. Naquele local da memória moçambicana, de onde Ngungunyane (Gungunhana/Gungunhane, para os portugueses) partiu rumo ao exílio, estão presentes elementos muito fortes que precedem a elaboração da ideia de resistência ao colonialismo.

Ainda que possa parecer contraditório para o visitante pouco familiarizado com os eventos, a manutenção, naquele ambiente, das representações produzidas durante o período colonial para enaltecer as *façanhas* de oficiais metropolitanos, provoca uma reflexão sobre o peso e as consequências da invasão estrangeira na região. Distantes poucos metros da urna onde estão depositados os restos mortais daquele que é cultuado como o grande personagem moçambicano, estão expostas obras que representam os objetivos daquela nova ordem econômica que começava a ser aplicada na África.

2.2.1 Ngungunyane

O último soberano do Estado de Gaza nasceu entre 1840 e 1845, em Chaimite, filho de Umzila (Muzila, em português) com uma de suas segundas esposas; seu nome de infância era Umdungazwe (Mundungazi). Algum tempo antes de seu nascimento, milhares de pessoas do grupo étnico *makwakwa* (*macuacua*) fugiram ou foram deslocadas da região de Chibuto, que teria sido sua antiga base com cemitério real, proporcionando a ocupação do grupo liderado por Sochangane. O deslocamento desses *makwakwa* entre 1839 e 1840 seguiu em direção a Inhambane, Inharrime, Homoíne e Panda. Ele provavelmente teria acompanhado seu pai quando este se refugiou na África do Sul, na região de Zoutpansberg, entre abril e maio de 1859, escapando do mesmo destino de quatro de seus tios, que foram atacados e executados pelos exércitos de Mawewe na região de Vilankulu durante uma tentativa de fuga para suas terras ao norte do rio Save.

O príncipe continuou seguindo Muzila no regresso à Gaza em 1861, atravessando os territórios de Sabié, Matola, Catembe e Lourenço Marques. E, após uma derrota sofrida por Mawewe em dezembro de 1861, seguiu para Chaimite, onde não se estabeleceu em definitivo porque Mawewe, aliando-se aos suázi, ainda lutava pela reconquista do vale do rio Limpopo e do Estado de Gaza.

No período entre 1862 e 1869, a realeza de Gaza se estabeleceu ao norte do rio Save. O jovem herdeiro teria sido incorporado ao *butho* (regimento) dos Mamboza, comandado posteriormente por Magigwane Khosa. Tendo, portanto, participado de exercícios militares, de acordo com a tradição oral que o vincula ao seu contemporâneo Xipenenyane Mondlane.

Figura 2 – Ngungunyane



Fonte: Ornellas (1930).

No início da década de 1880, Muzila apresentava-se debilitado, com cerca de 70 anos, magro, barba espessa, caminhava com necessidade de algum apoio e quase não governava. As decisões importantes da administração do Estado de Gaza estavam a cargo do *induma* Magidjane Tavedi, assessorado por outros chefes de linhagens desde meados de 1870. Para a sucessão que se aproximava, haviam mais dois príncipes com aspirações ao poder, Mafemane e Nkomonkomo, entre vários outros filhos.

Durante o reinado de seu pai, ainda que não tenha sido o sucessor natural, conquistou progressivamente a confiança daquele e de seus assessores, transformando-se em uma das principais figuras da corte. Mafemane era filho de uma das esposas de Muzila com posição hierárquica superior à da mãe de

Ngungunyane, mas seu caráter era considerado turbulento, irascível, e acredita-se que teria proferido ameaças contra todos aqueles que demonstrassem apoio para algum irmão no processo sucessório. Sua ausência não justificada na proclamação do novo rei foi uma demonstração de revolta e inconformidade com a escolha. Teria sido executado por um grupo de soldados sob o comando de Magigwane Khosa, que foi alçado ao topo da escala hierárquica como comandante supremo do exército.

Assumiu o trono Nguni e tomou o nome Ngungunyane, que, para alguns, significa *conquistador* (do trono), e, para outros pesquisadores, refere-se a uma corruptela da forma como os suázi designavam seu rei, e que significava *leão*. Surgindo aí a expressão *Leão de Gaza* para identificar Ngungunyane ainda em seu tempo. Como de costume, fundou a sua aldeia após sua posse, a Mandlakasi (*Manjacase*), cidade forte e bela. Sua residência, também conhecida por *kraal*, constituía-se de templo, tribunal, quartel, cemitério, escola de recrutas e um curral. Durante o seu reinado, viveu em três residências. Seguindo a tradição nobiliária *nguni*, passou a usar na cabeça uma coroa de cera preta, concedida apenas àqueles nobres que haviam participado de combates. Tratava-se de uma rodilha fixada na cabeça, que usou até o momento de ser exilado.

Com a morte de Muzila, o Estado de Gaza passou a ter sua coesão e força ameaçadas por lideranças ou estruturas que podiam ser identificadas. Ao norte, vivia Hanyane, filho de Mawewe, que buscava apoios na Suazilândia com objetivo de invadir o vale do rio Limpopo e reconquistar a região perdida por seu pai. As lideranças subalternas de Lourenço Marques, ao sul, e Inhambane também demonstravam empenho na expansão de seus distritos aproveitando possíveis fraquezas do período de transição. Percebendo esses movimentos, Ngungunyane buscou coletar o maior número de informações, mantendo sob vigília a fidelidade de algumas chefias.

Em 1885, retomou negociações estabelecidas por seu pai com os portugueses, e envia três emissários para Lisboa (em setembro daquele ano), visando à renovação do tratado de vassalagem ao rei de Portugal. O tratado produzido nas negociações em Lisboa é parcialmente ratificado em Gaza em 1886, uma vez que cláusulas de profunda subordinação foram introduzidas unilateralmente pelo governo português. O objetivo central de Ngungunyane era o estabelecimento de uma política de boa vizinhança e amizade com um governo mais poderoso. Buscava alianças para proteger seus domínios das lideranças que ameaçavam atacar Gaza

ou aliciar seus súditos, desequilibrando suas estruturas. E, ainda, beneficiar-se dos serviços portugueses no sistema fiscal. Sob a ótica diplomática, uma aprovação parcial de um tratado equivalia a sua não ratificação, mas essa regra não foi aplicada em Gaza, uma vez que interessava ao governo lusitano estar presente de alguma forma e cultivar a ficção de uma vassalagem antiga, pois já havia uma grande contestação internacional à ocupação daquele território.

A corrida pela invasão do interior do continente africano se estabelece a partir da Conferência de Berlim, quando uma desordem provocada pelas ações das potências europeias interfere nos sistemas de equilíbrio ancestrais, e os diversos grupos étnicos se articulam, buscando sua preservação através de alianças e de acordos regidos pela conjuntura de cada momento específico. Inseridas nessa dinâmica, surgiram negociações que ora representavam alguma forma de alinhamento com os interesses estrangeiros, ora provocavam acordos entre diferentes grupos para resistir ao invasor e defender seus domínios e direitos. Para a abordagem específica do Estado de Gaza, podem ser identificados vários movimentos de resistência e alianças entre os diversos agentes. Régulos dos mais variados níveis poderiam estabelecer aproximações e tratados entre si, ou com representantes portugueses ou ingleses, de acordo com as circunstâncias de cada momento, sem que isso representasse a perda de suas identidades étnicas ou alguma forma de aceitação tácita da política colonial.

Entretanto, os objetivos portugueses não incluíam a tolerância ou manutenção de lideranças que pudessem representar alguma dificuldade para sua conquista, e reconheciam o Leão de Gaza como o maior obstáculo a ser removido para consolidar sua dominação em direção ao interior do continente. Um cerco à cidade de Lourenço Marques (atual Maputo), promovido por lideranças rongas em agosto de 1894, foi o evento que fez com que a coroa portuguesa decidisse pela operação de guerra que tinha como objetivo principal a captura e deportação de Ngungunyane.

Começam as operações militares em 1895, e seguem-se as batalhas de Marracuene, Magul, Coolela, e o aprisionamento em Chaimite em 27 de dezembro daquele ano. Mantido prisioneiro na Fortaleza em Lourenço Marques, é decidida sua deportação para Portugal. Depois de serem submetidos a três meses de prisão no Forte de Monsanto, em Lisboa, Ngungunyane, Godide (seu filho mais velho) e o régulo Zixaxa foram enviados para a ilha Terceira, no Arquipélago dos Açores.

Nessa ilha, foram instalados no Castelo de São João Batista, na Península do Monte Brasil, cidade de Angra do Heroísmo. Viveu ali por pouco mais de dez anos, quase o mesmo período em que reinou sobre Gaza, e faleceu em 23 de dezembro de 1906, vitimado por uma hemorragia cerebral no Hospital Militar da Boa Nova, quando teria entre 56 e 60 anos de idade.

Após a independência, Moçambique promove o resgate e a valorização de sua história e identidade, e o presidente Samora Machel solicita ao governo português a devolução dos restos mortais de seu herói. Em 1985, a urna pesando 225 quilos com os restos mortais do último imperador de Gaza chega a Maputo.

2.2.2 Mouzinho

Herói português, patrono do exército, homenageado com uma ala inteira no Museu Militar em Lisboa, Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque nasceu na Quinta da Várzea, freguesia de Santa Maria da Vitória (mais conhecida por Batalha, próxima ao Santuário de Fátima), no distrito de Leiria, no dia 11 de novembro de 1855. Ingressou no exército como soldado de cavalaria no final de 1871, e foi nomeado alferes em dezembro de 1876, e tenente em outubro de 1884. Com o acesso concedido aos oficiais que seguiam para o Ultramar, galgou o posto de capitão, sendo nomeado secretário-geral do Governo da Índia, onde permaneceu cerca de três anos.

Foi escolhido para governador do Distrito de Lourenço Marques em 1890, exercendo esse cargo até seu regresso à metrópole em 1892. Então, foi designado capitão para o Regimento de Cavalaria em 4 até janeiro de 1895, momento em que foi transferido para o Regimento de Lanceiros 1, com a função de comandar o Esquadrão Expedicionário a Moçambique na campanha contra os *nguni* (vátuas). Em novembro daquele mesmo ano, participa da Batalha de Coolela, e, no dia 27 de dezembro, toma de assalto Chaimite e prende Ngungunyane. Ao longo do ano de 1896, é nomeado governador-geral de Moçambique e, mais tarde, recebe a função de comissário régio. Em seguida, retoma as operações de *pacificação* colonial nas batalhas Naguema, Mocutumudo e Macontene, durante 1897.

Figura 3 – Mouzinho



Fonte: Cunha (1956).

No final daquele ano embarcou para Portugal decidido a resolver questões administrativas importantes para administração da colônia. Sua chegada em Lisboa, em 15 de dezembro, ocorreu de forma entusiástica. Ele percorre vários países da Europa proferindo palestras em sociedades de Geografia e recebendo homenagens. Retorna a Moçambique em 1898 sem obter a garantia dos recursos necessários para a implementação das reformas que considerava adequadas. Deixa o cargo de governador-geral ao ser informado da suspensão de suas funções de comissário régio, seguindo então para Lisboa. Em 28 de setembro, é nomeado ajudante de campo efetivo do rei Dom Carlos, oficial-mor da Casa Real e aio do príncipe Dom Luís Filipe. As frustrações decorrentes da vida política em conjunto com as críticas recebidas sobre seu comportamento desumano durante as campanhas militares na África o conduzem ao ostracismo. As intrigas sobre seus atos, os ressentimentos pessoais e a decadência da monarquia teriam sido alguns dos motivos que o levaram a cometer suicídio em 8 de janeiro de 1902. Junto a outros familiares, seu corpo está sepultado no jazigo 1969 da rua 16 do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa.

O patrono do exército ganhou notoriedade por ter sido o militar que efetuou a captura de Ngungunyane em um momento do conflito em que não se vislumbrava

essa possibilidade. Nomeado governador do Distrito de Gaza em dezembro de 1895, fora beneficiado com informações privilegiadas obtidas através de métodos de extrema violência e tortura.

Na ocasião, Mouzinho lança mão de uma cartada de sorte, e captura Ngungunyane sem muita resistência, executando sumariamente dois conselheiros do líder africano para demonstrar força e se impôr diante daqueles que presenciaram os fatos. Após enviar o imperador de Gaza para Lisboa, continua sua campanha de *pacificação* do interior da província até 1897. A campanha de Gaza se encerra em Macontene, onde foi executado Magwigwane Khosa, que teve sua cabeça decepada e exibida para outros chefes. (CUNHA, 1956).

2.2.3 António Ennes

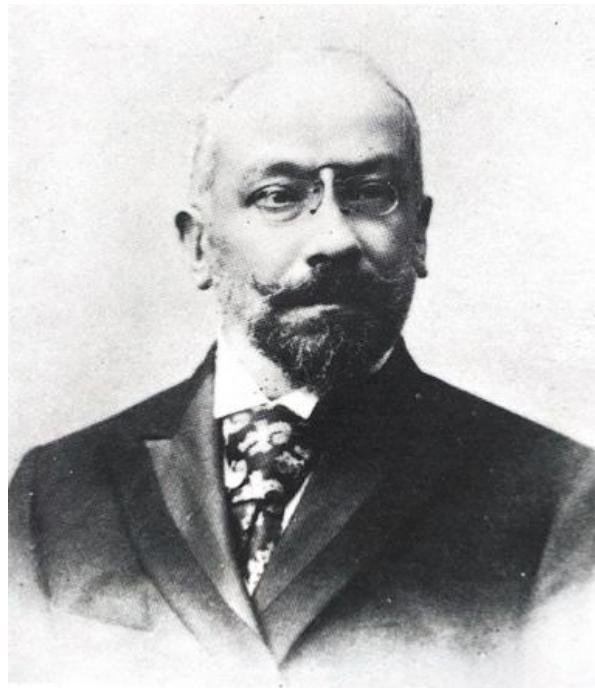
Comissário régio da província de Moçambique à época dos eventos aqui estudados, com plenos poderes para coibir qualquer tipo de insubordinação, António José da Orta Ennes nasceu em Lisboa no dia 15 de agosto de 1848. Graduado em Letras, atuou como jornalista, escritor e político, o que o levou a se tornar administrador colonial. No final do ano de 1890, foi nomeado ministro da Marinha e do Ultramar, cargo este que ocupou até 1891, quando foi encarregado de ser o comissário régio em Moçambique pela primeira vez.

Grande defensor da manutenção de posse das colônias africanas sob o domínio português (naquele período, discutia-se seriamente no parlamento português a possibilidade de alienação das colônias em favor de outras potências europeias, em especial, beneficiando a Inglaterra), produziu um extenso relatório, intitulado *Moçambique*, em que, além de defender seu ponto de vista, fazia uma ampla exposição da situação crítica da administração colonial, das riquezas e possibilidades de exploração daquela parte da África Oriental e dos métodos a serem empregados para alcançar esses objetivos. Ambicioso em prestar serviços relevantes ao seu país, lança tal relatório em Lisboa no mês de setembro de 1893.

Já neste primeiro documento, ele apresenta Ngungunyane como um sério obstáculo às pretensões lusitanas de consolidar a ocupação do sul daquela região. Meses depois, um ataque a Lourenço Marques, atual Maputo, distante mais de dois mil quilômetros da então capital localizada na Ilha de Moçambique, viria a se tornar o evento que acelerou a decisão da Coroa Portuguesa de empreender uma campanha

militar para submeter os grupos sociais e consolidar o domínio da região. A agressão fora efetuada por dois régulos subordinados ao líder vátua no mês de agosto de 1894. Pouco antes do final daquele mesmo ano, Ennes é designado comissário régio mais uma vez, com total liberdade para estabelecer as ações políticas e militares que julgasse necessárias para o sucesso de tal empreendimento. Exaurido, frustrado e impaciente, retorna a Lisboa no início de dezembro de 1895, alguns dias antes da manobra que rendeu toda a fama a Mouzinho de Albuquerque. Contrariando as ordens do próprio Ennes, o militar português toma de assalto Chaimite no amanhecer do dia 27 e captura Ngungunyane, e imediatamente a seguir, executa sumariamente dois conselheiros próximos ao régulo, como já mencionado.

Figura 4 – António Ennes



Fonte: Ennes (1971).

No livro *A Guerra de África em 1895*, produzido e dedicado à Rainha Dona Amélia em 1898, António Ennes decreve desde os momentos em que fora indicado, ainda em Lisboa, para comandar as operações, até o instante em que recebe a informação da captura daquele que foi considerado seu opositor. Nessa obra, existe uma grande quantidade de informações sob a forma de relatórios, memorandos, correspondências oficiais e pessoais que podem ser usadas como instrumentos para apreensão das diversas formas articuladas pelos africanos de resistir à invasão

colonial. Ennes veio a ser nomeado, posteriormente, ministro de Portugal no Brasil, e conselheiro de sua Majestade Fidelíssima. Faleceu em Queluz, Sintra, em 6 de agosto de 1901.

O conjunto da documentação apresentada neste trabalho para abordar o conflito gira basicamente em torno desses três personagens, ainda que não tenham sido eles os únicos autores da totalidade dos registros investigados. Naturalmente, não existem cartas ou documentos produzidos por Ngungunyane, mas, é através daquilo que foi escrito sobre ele que se propõe o exercício de perceber as diversas formas de resistência praticadas, tanto por ele quanto por seus conselheiros. A partir da leitura das mensagens e considerações produzidas por outrem, buscar-se-á a compreensão de um terceiro personagem, objeto de tais missivas. Sem deixar de lado o fato de que este terceiro personagem, em nenhum momento das narrativas, teve a oportunidade de fazer seus próprios registros. Tudo o que era produzido sobre os africanos naquele período era submetido ao filtro cultural europeu e às conveniências econômicas e políticas daquele momento histórico.

3 FORMAS DE RESISTÊNCIA E O CONFLITO DE 1895

Os variados graus de violência e abusos inerentes ao sistema colonial provocaram uma série de revoltas e movimentos locais de oposição recorrentes ao longo de todo o território que viria a se tornar Moçambique. Uma abordagem sobre as mensagens enviadas pelos envolvidos no conflito de 1895 permite a constatação, ainda que de forma fragmentada, de formas alternativas de resistência anticolonial. Tais expressões de repúdio já vinham se manifestando por meio da resistência cotidiana às obrigações e aos hábitos impostos pelo colonizador, através das fugas, das atitudes que os europeus chamavam de vagabundagem, do banditismo social e das revoltas localizadas. Ainda que tais mobilizações apresentassem formas, níveis de conscientização política e métodos diferentes, todas demonstravam a insatisfação e a revolta em relação ao sistema de ocupação do invasor, e a procura por modificar a ordem social que estava sendo aplicada, ou fugir desta mesma ordem.

A resistência cotidiana se dava de maneira localizada, uma vez que as pessoas e lideranças mantidas nos territórios dominados estavam incapacitadas de exercer um poder mais abrangente, o que limitava as oportunidades de envolvimento em confrontos mais significativos. As retaliações aos abusos do sistema se davam através de práticas dissimuladas, como a lentidão deliberada do ritmo de trabalho ou a simulação de doenças. Sabotagens de equipamentos e propriedades dos europeus eram oportunidades alternativas de externar a insatisfação com as hostilidades e injustiças. Em geral, os grupos europeus dominantes interpretavam tais atitudes como ignorância, docilidade e falta de cultura dos seus subordinados, e não as entendiam como formas de insubmissão.

Fugir para regiões onde os portugueses não podiam exercer seu controle também representava uma expressão comum do protesto africano, uma forma de externar a inconformidade com a nova geopolítica e o desejo de alterar a condição de subordinado ao sistema colonial. Durante as primeiras décadas daquele período, milhares de africanos, individualmente ou em grupos, abandonaram suas regiões de origem histórica e a proteção de cultos ligados ao território de seus espíritos ancestrais com a intenção de escapar dos excessos dos colonizadores.

Aquilo que era classificado como *vagabundagem* diferenciava-se da fuga na medida em que seus praticantes permaneciam dentro das fronteiras de

Moçambique. Sob a tutela da família governante local, os migrantes internos organizavam-se em grupos fugitivos, em alguns casos, errantes, fora do alcance da administração colonial. Sobre a ordem interna destes grupos, existem poucas informações, porém, há indícios de que optavam por se instalar em regiões inacessíveis e muitas vezes inóspitas, como áreas pantanosas, ou montanhas agrestes. Embora tais locais fossem escolhidos por razões estratégicas, impediam a autossuficiência do grupo. Dada a dificuldade de mobilidade, ficavam evidenciados os problemas de manutenção e sobrevivência. Por esses motivos, os membros viam-se frequentemente obrigados a promover incursões a outros territórios para obter alimentos. A maioria dessas comunidades procurava evitar confrontos, exceto quando fosse o momento de defender suas posições.

Também atuavam nesse contexto indivíduos que eram considerados bandidos sociais, por suas ações de inconformidade ou rebeldia esporádica e localizada. Da mesma forma que os *vagabundos*, eram fugitivos, e as sociedades que estabeleciam tinham as mesmas características. Porém, esses dois tipos de comunidades de refugiados diferiam nos objetivos. Mais do que escapar totalmente ao mecanismo colonial, os bandidos sociais praticavam atos que visavam a destruição dos símbolos da opressão que tentavam escapar. Em função disso, o confronto, muitas vezes, era a única alternativa possível.

Tais grupos móveis desenvolveram um leque de estratégias anticoloniais que praticaram de acordo com suas necessidades específicas. Alguns enfrentavam os colonizadores somente após serem atacados, outros decidiam o envolvimento em conflitos para obtenção de alimentos e armas. Dada sua predisposição agressiva, os bandidos sociais precisavam de uma grande mobilidade para a manutenção de seu grupo, por isso, efetuavam ataques de surpresa e emboscadas, combinados com rápidas fugas para o interior. Essas pessoas desfrutavam do apoio de simpatizantes e da maioria das comunidades locais, de cuja assistência muitas vezes dependiam. Os agricultores e pastores entendiam tais atitudes rebeldes como uma defesa e revolta contra as companhias exploradoras, e uma oposição aos abusos dos administradores coloniais e seus subalternos.

A primeira fase do período colonial também foi marcada por uma série de revoltas armadas de membros que não compunham a população rural, que não cogitavam abandonar as suas terras tradicionais. Esses movimentos caracterizavam-se por serem localizados e de curta duração. Atacavam os símbolos

imediatos de sua exploração sem cogitar a destruição de todo o mecanismo de repressão. As insurreições populares daquele período não tinham estratégias definidas nem objetivos de longo prazo. Os descontentes direcionavam suas hostilidades aos seus opressores imediatos. Normalmente, deixavam de solidificar suas vitórias iniciais. Após exprimirem seus descontentamentos, a maioria regressava as suas aldeias de origem sem cogitar a possibilidade de subverter o sistema. Em geral, essas manifestações de oposição localizadas buscavam melhorar as condições de seus participantes, seus objetivos principais eram a reparação de injustiças e a modificação da nova ordem social praticada.

Múltiplas estratégias foram desenvolvidas: simulação de doenças, fuga dos coletores de impostos, paralisações no trabalho ou a simples evasão do local. Algum grau de violência também pode ser notado nas reivindicações, através da destruição anônima de linhas férreas ou telegráficas e do ataque aos armazéns e estoques de mercadorias das companhias exploradoras. Qualquer que fosse o grau de violência, a maioria das estratégias objetivava a interrupção, pelo menos temporariamente, de algum dos componentes do sistema colonial. Tais atos desafiadores, ainda que em pequena escala, variavam em seus particularismos. Os ataques cotidianos, as fugas e as revoltas dos trabalhadores eram provocados por integrantes de um agrupamento, uma aldeia ou uma chefatura em retaliação a alguma injustiça social. Já o banditismo social se concentrava em combater abusos cometidos em áreas geográficas maiores, o que levava seus participantes a se envolverem em atividades anticoloniais mais radicais.

As sociedades africanas começaram a protestar contra os abusos do sistema colonial desde o primeiro momento de sua imposição. Algumas formas de protesto eram utilizadas com certa frequência, enquanto outras eram aplicadas de maneira mais limitada. As populações do interior perceberam rapidamente que os confrontos em pequena escala eram um desafio inadequado aos *cipaios*⁷, melhor armados e apoiados pelas forças de coerção portuguesas. Conscientes de sua desvantagem, os africanos começaram um processo que levou à reconsideração das formas possíveis de resistência. As novas opções abrangiam a criação de novas alianças, o

⁷ *Cipaios*, *cipays*, *sipais* ou *seapoys*: termo que designava originalmente grupos de infantaria da Índia, primitivamente armados de arcos, e que eram empregados como auxiliares das tropas inglesas. Sempre comandados por oficiais europeus, na África, eram formados por indivíduos cooptados nas sociedades locais ou trazidos de outras regiões para atuarem como policiais.

apoio aos movimentos de rebelião já existentes e a participação em atos de protestos locais que evitavam o confronto direto e as fugas.

Mesmo que tenhamos a clareza de que as categorias de resistências localizadas são abordadas de maneiras distintas, para fins de análise, torna-se necessário frisar que, na prática, diferentes objetivos e estratégias conduziram seus praticantes a mudar de categoria de oposição algumas vezes. Era comum que um esforço malsucedido de um grupo que protestasse de forma não violenta contra o sistema de cobrança de impostos repressivo se transformasse, de forma quase natural, em uma revolta coletiva violenta para reparar tal injustiça. Como exemplo disso, temos o movimento que deu origem ao cerco de Lourenço Marques (Maputo) em 1894.

Ainda que os movimentos de oposição apresentassem características particulares e de curta duração, um número razoável de seus participantes que rejeitavam o domínio português envolvia-se posteriormente em movimentos de resistência de maior vulto. Em grande parte dos eventos, a motivação principal das revoltas era o aumento dos impostos ou uma cobrança mais rigorosa em produtos. A resistência constante à tributação portuguesa era fruto da precária situação econômica dos habitantes locais, provocada pelo efeito devastador das novas taxas. O aumento dos impostos pagos em produtos agrícolas potencializava as dificuldades que as comunidades, também prejudicadas por fomes sazonais, enfrentavam para alimentar suas próprias famílias. Também ficavam seriamente ameaçadas suas capacidades em satisfazer obrigações sociais e religiosas básicas, como as ofertas aos espíritos ancestrais e o cumprimento de alianças matrimoniais, que incluíam pagamentos em produtos agrícolas, o lobolo.

O recrutamento ao trabalho forçado foi outro fator que gerou sérias dificuldades para os grupos sociais da região. Era comum as companhias de exploração e os rendeiros obrigarem os africanos a trabalharem em suas plantações nos períodos críticos do ciclo agrícola, ou seja, nos momentos em que a mão de obra era desesperadamente necessária para maximizar a produção agrícola familiar. A coerção e a exportação da mão de obra, os contratos de longo prazo para trabalhar em obras públicas e o serviço militar criaram uma desorganização significativamente maior no ambiente rural. A busca por trabalhadores era feita sem a menor consideração pela capacidade das aldeias, ou das unidades de parentesco assegurarem suas necessidades básicas de consumo para sobreviver. Tal encargo

adicional agravou a precária condição econômica dos grupos sociais e ajuda a explicar as violentas reações aos esforços dos europeus de expropriação de mão de obra local.

Ao observar que essas injustiças econômicas e sociais precipitaram muitas revoltas, devemos perceber também que, muitas vezes, os conflitos refletiam disputas entre chefias ou governantes históricos. Alguns deles, intimidados ou substituídos, foram obrigados a se submeterem aos agentes da nova ordem colonial. Na maioria dos casos em que a chefia é identificável, a origem de tais lideranças está na família real, o que revela que as posições sagradas eram componentes fundamentais e insubstituíveis para o conjunto das sociedades africanas. As populações locais consideravam as chefias nomeadas pelo colonizador como membros da elite colonial. Dessa forma, era comum a ocorrência de reações típicas em que os trabalhadores queimavam as casas e plantações de funcionários europeus após os administradores anunciarem que as autoridades tradicionais seriam substituídas por membros *mais flexíveis* da população local.

Em sua grande maioria, o alcance e a amplitude das revoltas se mostraram tímidos; em muitos casos, elas se apresentavam limitadas aos habitantes de uma concessão, a um pequeno segmento da população local ou a membros de uma determinada etnia. O pouco entendimento geral da situação levava os rebeldes a se preocuparem mais especificamente com o bem-estar de sua comunidade próxima. Esse componente dos movimentos iniciais de oposição geralmente impediu a construção de alianças entre comunidades ou povos vizinhos. Mesmo quando alcançavam algum sucesso, os insurgentes tinham dificuldades para estabelecer alianças de maior alcance. Vários grupos rebeldes limitaram suas ações de protesto às regiões próximas, onde arrasavam propriedades europeias e hostilizavam os agentes coloniais. Praticamente em todas as ocasiões, após terem obtido sucessos iniciais, regressavam as suas aldeias para serem submetidos a severas retaliações quando as forças europeias já haviam se reagrupado. De qualquer maneira, essas atitudes e movimentos de desafio e insubmissão constituíram elementos vitais para a gênese da oposição ao domínio estrangeiro.

Durante o período que abrange cerca de três décadas, a partir da Conferência de Berlim até o início da Primeira Guerra Mundial, Elikia M'Bokolo (2012) identifica a ocorrência de uma diversidade de eventos catastróficos sem precedentes na história africana. Tais acontecimentos inéditos em sua amplitude existiram, principalmente,

em função do desaparecimento brutal das independências econômicas, religiosas e culturais que as sociedades africanas ainda mantinham até então, e das formas de violência que acompanharam toda a invasão estrangeira. Guerras de conquista e de resistência, migrações forçadas e de fuga, epidemias, fome generalizada e algumas catástrofes naturais atingiram a população do continente de um modo fora do comum, tanto no que diz respeito ao curto período de tempo quanto na intensidade.

Para o estudo desse período, o historiador congolês alerta o investigador de que:

Com efeito, no fim de contas, haverá que renunciar às interpretações maniqueístas e constatar que, embora esta época tenha sido globalmente sombria, carregada de violências, de catástrofes, de transformações abruptas de toda a espécie, na realidade, a amplitude desses acontecimentos variou em função dos lugares, do estado das sociedades, das suas capacidades e das suas estratégias de resistência, e que tais perturbações, inseridas como estavam em dinamismos de longa duração, suscitavam processos duradouros de ajustamento, de cooperação e de recusa, e geravam frequentemente relações de força e hierarquias inéditas entre regiões e os grupos sociais, antigos e novos. (M'BOKOLO, 2012, p. 285).

Essa observação é de fundamental importância na medida em que o pesquisador se depara com o problema de classificar a colonização imperialista como uma ruptura dos sistemas de relações até então vigentes, ou como um evento inaugural de um período de aceleração histórica que se estabeleceria durante as cerca de oito décadas seguintes. Ao mesmo tempo em que se deve estar atento à questão de perspectiva, uma vez que à historiografia colonialista, militante contumaz da idealização de sua missão glorificadora da epopeia de invasão, conquista e conversão, insurge-se uma produção que identifica diversos movimentos em muitos grupos étnicos africanos que demonstraram forte resistência e combate à intromissão política, militar e administrativa estrangeira.

As características dinâmicas, capacidades de recomposição e vitalidade são aspectos de grande importância a serem considerados em todas as sociedades africanas em seus mais diversos processos, que não excluía tensões estruturais recorrentes. Ainda que diversas fontes demonstrem a existência de contradições e antagonismos muito significativos, dos quais os invasores estrangeiros sempre procuravam obter vantagens, é importante ficar atento aos relatos que narram conflitos tribais e outras razias com o objetivo de legitimar a mitologia da redenção colonial. Da mesma forma, não se deve ficar refém das teses que procuram construir

uma África harmoniosa e consensual, envolvida em dinâmicas e processos de equilíbrios renovados constantemente com objetivos de pacificação. Fruto de uma construção político-literária idealista ou, algumas vezes, ingênua sobre o continente.

3.1 CONFLITO E CARTAS

A última década do século XIX inicia com Portugal ferido e humilhado pelo Ultimato Inglês, mergulhado em uma crise econômica com uma enorme dívida externa, que deixara o país próximo à bancarrota. A crise financeira também se agravava pelo evento da proclamação da república no Brasil, em 1889, que teve como efeito imediato a queda em cerca de 80% das remessas financeiras dos emigrantes. A oportunidade foi percebida pelos opositores ao regime monárquico português, que desencadearam manifestações e protestos, culminando na revolta de 31 de janeiro de 1891, na cidade do Porto.

Paralelamente, a Europa via surgir na Alemanha, unificada em 1871, e nos Estados Unidos da América, potências com capacidade de oferecer um contraponto à hegemonia britânica. Para superar um período de crises financeiras e conflitos dentro do velho continente, jogava-se com a expansão de bancos, seguradoras e indústrias. Especuladores alemães, belgas, franceses e holandeses pretendiam entrar em um mercado ultramarino monopolizado por ingleses. Nessa fase em que o capitalismo ia se transformando em imperialismo, ganha vital importância o domínio sobre as regiões de onde poderiam ser retiradas as matérias-primas necessárias para a segunda revolução industrial.

A partir de então, não se tratava mais de, prioritariamente, retirar da África a mão de obra necessária para a acumulação de capitais; a nova ordem se orientava para a exploração dos recursos humanos e materiais dentro do próprio continente. E para isso era necessário ocupar o interior de áreas cujas regiões litorâneas já vinham sendo controladas. A abertura do Canal de Suez, em 1869, aproximara significativamente os interesses europeus da Ásia e da costa oriental africana, e as expedições e conferências das sociedades de geografia aceleraram essa corrida.

Para o sucesso desse tipo de empreendimento, era necessário obter apoio e consentimento de lideranças africanas, muitas vezes, aplicando as dinâmicas do trinômio colaboração x conflito x conquista, já muito exercitado pelos europeus. Essa tática também foi usada pelos portugueses em Moçambique no contato com

diversos régulos. Muzila consolidara sua ascensão ao poder *nguni* com ajuda metropolitana, prestando vassalagem ao rei português; submissão esta continuada por seu filho Ngungunyane.

Mas estará enganado aquele que acreditar que, dessa condição de vassalo, de quem se considerava súdito e filho do rei, resultara uma liderança alienada ou incapaz de perceber os movimentos da diplomacia e da política externa, ou de reivindicar direitos que considerava justos para si ou para seu povo. No dia 6 de novembro de 1891, aconteceu em W'Deugo uma conferência, a pedido de Ngungunyane, à qual compareceram seus tios, *indumas* e conselheiros, autoridades portuguesas e inglesas. Da ata produzida nesse encontro, cuja reprodução integral se encontra no Anexo A, é interessante observar dois trechos:

Depois disso toma a palavra Gungunhana a pedido do Intendente Geral e repetindo as declarações que os seus indumas fizeram acabou por afirmar que apesar de nós nada lhe oferecermos, lhe estarmos constantemente tirando terras e gente e lhe tratarmos mal o seu povo, enquanto (sic) que os ingleses o enchiam de presentes e atenções, ele seria até morrer vassalo do Rei de Portugal e continuaria a ter erguida nas suas terras a bandeira portuguesa. (ORNELLAS, 1930, p.21).

[...] Ao terminar esta conferencia o Gungunhana refere-se ainda a umas queixas apresentadas por um secretario de seu irmão Maedano de que alguns soldados do posto militar de Mabacheca tinham cometido violencias em mulheres d'aquela localidade, apoderando-se tambem d'uns barcos indigenas de que estes se servem para fazer a travessia do rio Limpopo. (ORNELLAS, 1930, p. 22).

Naquele momento, já ficava demonstrado o nível desigual das relações entre aqueles que exerciam o poder na região. Percebendo isso, Ngungunyane convoca uma assembleia em que expõe suas insatisfações. De forma soberana, ele faz críticas à administração portuguesa. Ratificando sua aliança com a metrópole, reivindicava direitos que considerava justos. Durante o evento, representantes ingleses entregaram uma taça de prata como saguate (presente) e uma mensagem redigida pela rainha Vitória ao imperador de Gaza. Da cópia publicada, cuja íntegra se encontra no Anexo B, pode ser extraído o seguinte trecho: “Eu, portanto, informo-lhe de que como o acordo com Portugal coloca grande parte do seu território sob proteção desse país, agiu com razão ao não apresentar qualquer pedido formal [...]” (ORNELLAS, 1930, p. 23).

A capacidade diplomática e percepções do contexto internacional (Portugal e Inglaterra haviam ratificado um tratado para delimitação de fronteiras apenas alguns

meses antes dessa conferência) demonstradas pela liderança africana são evidenciadas de maneira bastante clara pela redação do texto por europeus. Somada a tal constatação, aparece a manifestação reivindicatória em favor de seus liderados e o posicionamento soberano em relação aos emissários estrangeiros. Sem negar a cooperação com portugueses, Ngungunyane apresenta-se de maneira firme na crítica a quem prestava vassalagem, e prometia mantê-la.

Tal atitude de independência e soberania incomodava profundamente os oficiais portugueses, que também reconheciam a superioridade militar dos vátuas. O então primeiro-tenente da Armada, Augusto Cardoso, escreveu, em 12 de junho de 1892, carta ao diretor-geral do Ultramar, em que afirma:

[...] na minha opinião o Gungunhana há de encomodar-nos (sic) seriamente enquanto existir e depois da sua morte os seus herdeiros ou herdeiro e destes encomodos (sic) só nos libertaremos quando desaparecer o Gungunhana e toda a sua geração, facto de que Sua Exa. o Ministro e V. Exa. estão decerto convencidos há (sic) muito tempo. (CARDOSO, 1892 apud Ornellas, 1930, p. 13).

Sobre os conflitos internos, o mesmo oficial português continua a discorrer:

Eu não sei quando a Cossine pertenceu ao Gungunhana e desde quando está rebelde. O regulo (sic) da Cossine recusa tudo quanto o Gungunhana pretende d'ele, declara abertamente querer avassalar-se a Portugal e parte da sua gente tem emigrado para as terras da Coróa. (CARDOSO, 1892 apud Ornellas, 1930, p. 14).

Veja V. Exa. a complexidade deste problema. Se avassalamos a Cossine o Gungunhana faz guerra, se não avassalamos e mandamos obedecer ao Gungunhana e para o mesmo mandamos os seus emigrantes voluntarios, declaramos abertamente que não só temos medo d'ele ou pelo menos não temos força para lhe resistir o que abala enormemente o nosso já bem pequeno prestígio (sic) nas terras da Coróa além (sic) de outros inconvenientes mais elevados e maior interesse. (CARDOSO, 1892 apud Ornellas, 1930, p. 15).

Ao mesmo tempo o regulo (sic) da Cossine diz que receia sempre guerra do Gungunhana pelas continuas desobediencias (sic) e sobre tudo (sic) pela ultima (sic) que foi a recusa da gente que lhe pediu o Gungunhana para ajudar a fazer as novas palhotas. (CARDOSO, 1892 apud Ornellas, 1930, p. 17).

E sobre o grau de domínio português em suas possessões, Augusto Cardoso demonstra a realidade da ocupação efetiva daquele território. Ele reconhece a

incapacidade e a fragilidade das estruturas coloniais, como se estivesse desabafando:

Elas não são nossas (sic) pelo menos esta de Moçambique, o que é conhecido de toda a gente que por aqui tem passado. Esta província de Moçambique é sem contestação dos pretos que a habitam; isto não é nem um sofisma nem uma subtilidade; aqui mesmo Lourenço Marques na rua, nas praças publicas (sic), nas casas quem manda é o preto: o preto faz o que quer e tem na vontade e geralmente não faz outra coisa senão apoquentar o branco e fazer-lhe sentir o peso do seu dominio pela independência que gosa e pela resistencia a tudo que não seja um cavalo-marinho. (CARDOSO, 1892 apud ORNELLAS, 1930, p. 16).

Se nós nem no litoral dominamos o preto como podemos dominal-o (sic) no interior? Dizem que o preto é dominado por um respeito instintivo do branco, sobre tudo do portuguez. Mas se isto é uma frase muito bonita para um discurso não deixa de ser uma mentira usada e abusada. (CARDOSO, 1892 apud ORNELLAS, 1930, p. 16).

Este registro não poderia ser mais claro para demonstrar a fragilidade, ou incapacidade, do domínio português. Tal condição admitida por um oficial da Coroa é o reflexo de um sentimento frustrado daqueles que imaginavam estabelecer facilmente seu domínio na região. Mesmo que alguns escritores da época denunciassem os baneanes (indianos) e os muçulmanos como fomentadores de movimentos de revolta ou atos de insubmissão, é importante esclarecer que a maioria daquela população era formada por cafres, que eram os africanos não islamizados. Portanto, livres de boa parte da influência estrangeira, com lideranças capazes de compreender a conjuntura que se articulava naquele momento histórico em suas sociedades.

Retrocedendo um pouco mais no tempo, encontraremos uma manifestação de Mouzinho de Albuquerque sobre o período em que havia exercido a função de governador do distrito de Lourenço Marques, atual Maputo. Alguns meses antes do Ultimato Inglês, durante uma conferência no Centro Comercial da Cidade do Porto, em 9 de janeiro de 1890, descrevera Ngungunyane como:

[...] um selvagem astuto, temperado pelas influências diplomáticas em que se achava envolvido, e adoptava para connosco (sic) processos muito diferentes dos antecessores. Praticava a duplicidade, o fingimento. Foi pródigo em tratados que nunca tencionou cumprir. (ALBUQUERQUE, 1890 apud CUNHA, 1956, p. 26).

Poucos registros demonstram de forma tão eloquente as capacidades de uma liderança africana. Ainda que o objetivo de tal discurso fosse promover o combate àquele sobre quem se falava, é inegável a admissão por parte do orador das qualidades daquele que viria a ser um adversário. Inteligência, métodos de negociação e novos posicionamentos diante dos representantes coloniais provocavam desconforto e indignação. Contrariando o senso comum europeu da época, que rotulava os africanos como pessoas ingênuas, bárbaras, ou incapazes.

Naquele período, já se arquitetava a destruição do império vátua, considerado o maior obstáculo a ser superado para a ocupação efetiva do interior da província. Ngungunyane, seus herdeiros e assessores deveriam ter seu poderio anulado. Havia a necessidade de começar uma ofensiva, e o pretexto se apresentou em 1894.

No mês de agosto daquele ano, alguns *indumas* de Mahazul, régulo da principal região do distrito de Lourenço Marques, chamada Magaia, resgataram um companheiro preso em Angoane, desautorizando o comando militar local. Matibejane, régulo da região de Zichacha (ou Zixaxa, nome pelo qual ficou mais conhecida), acompanhou o movimento de contestação fazendo com que todo o distrito entrasse em um estado de insubordinação contra um provável aumento de 50% no imposto de palhota. Para Mário Gonçalves Viana (1938), um dos vários autores de biografias de Mouzinho de Albuquerque, tal revolta não era um fato isolado, mas a sequência de um plano que tinha como objetivo a expulsão definitiva dos portugueses do território de Moçambique.

Eduardo de Noronha (1906), no livro *O Heróe de Chaimite*, escreveu que um ataque ao distrito teria sido autorizado por Ngungunyane em fevereiro de 1892, durante a grande celebração vátua chamada *Nq'uaia*. Ao longo do evento, em que eram reunidas as forças vivas da nação – os chefes *ngunis* de origem zulu, os representantes dos grupos de landins, os delegados de povos avassalados e embaixadores de régulos independentes –, teria ocorrido uma conferência da qual participaram Matibejane e Mahazul, entre outras lideranças. Nesse encontro, teriam acontecido duas manifestações dirigidas ao chefe vátua: “Poderoso e grande chefe, permite e auxilia o levantamento dos landins nas terras de Cafumo (districto de Lourenço Marques); os molungos (brancos) teem ali poucos soldados e a maior parte são tão fracos como galinhas”, propunha Matibejane (1892 apud NORONHA, 1906, p. 35). E a segunda manifestação:

Com que direito a gente do rei dos brancos usurpou o que era patrimonio (sic) dos nossos antepassados? Estes territorios (sic) são nossos, tu é que és o suzerano, a ti compete coadjuvar-nos para que os lancemos ao mar e voltem para os paizes d'onde nunca deveriam ter sahido. (MAHAZUL, 1892 apud NORONHA, 1906, p. 35).

Após prolongado debate, Ngungunyane teria autorizado a sublevação para dois anos adiante, no mês da *Ucanhana* (agosto). Mesmo que tal deliberação não tenha ocorrido durante o encontro, supondo que seja uma construção daqueles que se encarregaram de escrever uma história que justificasse atos posteriores, ficou registrada a inconformidade com a ocupação estrangeira nos diversos níveis de liderança. E ainda, a contestação de uma pretensa superioridade portuguesa.

Historiadores contemporâneos que abordam esse período apresentam as motivações para o ataque a Lourenço Marques com algum grau de variação. Entre eles, podem ser observadas as descrições de René Pélissier (1994) e Malyn Newitt (2012) em suas obras sobre a História de Moçambique. Sobre o cerco ao distrito, os participantes da campanha militar, António Ennes (1945) e Mouzinho de Albuquerque (1896) apenas o mencionam rapidamente, e Ayres D'Ornellas (1930) apresenta um relato superficial. Na recente obra de Newitt (2012), tanto as motivações quanto o ataque propriamente dito praticamente não são citados.

Entretanto, Pélissier reconhece a importância histórica da insubordinação e faz referência a uma carta enviada pelo missionário Henri A. Junod⁸ para António Ennes. Na reprodução das correspondências elaborada por Marcello Caetano (1947), essa mensagem do religioso suíço pode ser lida. O autor da missiva se propunha a expôr de maneira imparcial as razões da insubordinação a partir de relatos apresentados por africanos. Escrita originalmente em francês, sua reprodução integral, com tradução livre, está no Anexo D.

Tal correspondência ganha importância na medida em que se verifica a preocupação do autor em narrar os fatos segundo o ponto de vista dos nativos. Trata-se, portanto, de uma das raras oportunidades dadas, naquele período, aos habitantes locais para se manifestarem, para serem ouvidos. Além de apresentar as questões que envolviam os processos sucessórios que mobilizavam as lideranças

⁸ Entre suas obras, está *The Life of a South African Tribe*, publicada em 1911. Em português, foi traduzida como *Usos e Costumes dos Bantos*. Não deve ser confundido com Henri Phillippe Junod, seu filho, que também produziu estudos antropológicos, entre os quais podemos citar *Os Índigenas de Moçambique*, publicado em 1939, em Lourenço Marques (atual Maputo).

das etnias, em que as autoridades portuguesas locais interferiam profundamente, fica exposto um quadro de insegurança que assolava a população local.

Tal instabilidade fez com que o régulo Mahazul fosse ao encontro de um intendente recém-nomeado em Angoane, acompanhado de seu exército e de seus *indumas*. Temendo por sua prisão e ser conduzido para a ilha de Moçambique, delibera com seus conselheiros, decidindo pelo envio de representantes em seu lugar para o encontro com a nova autoridade portuguesa. Essa comitiva torna-se vítima de uma emboscada na residência do intendente, com a ajuda de um concorrente local à liderança de Mahazul. Entretanto, uma parte do exército nativo promove o resgate desse grupo, escapando da armadilha. Nessa fuga, há uma troca de tiros, em que se fere na orelha um dos mais antigos conselheiros. Do ponto de vista dos líderes locais, a guerra se estabeleceu a partir desse evento, uma vez que ele se transformou em uma revolta que se alastrou por todas as terras da Coroa⁹ no distrito.

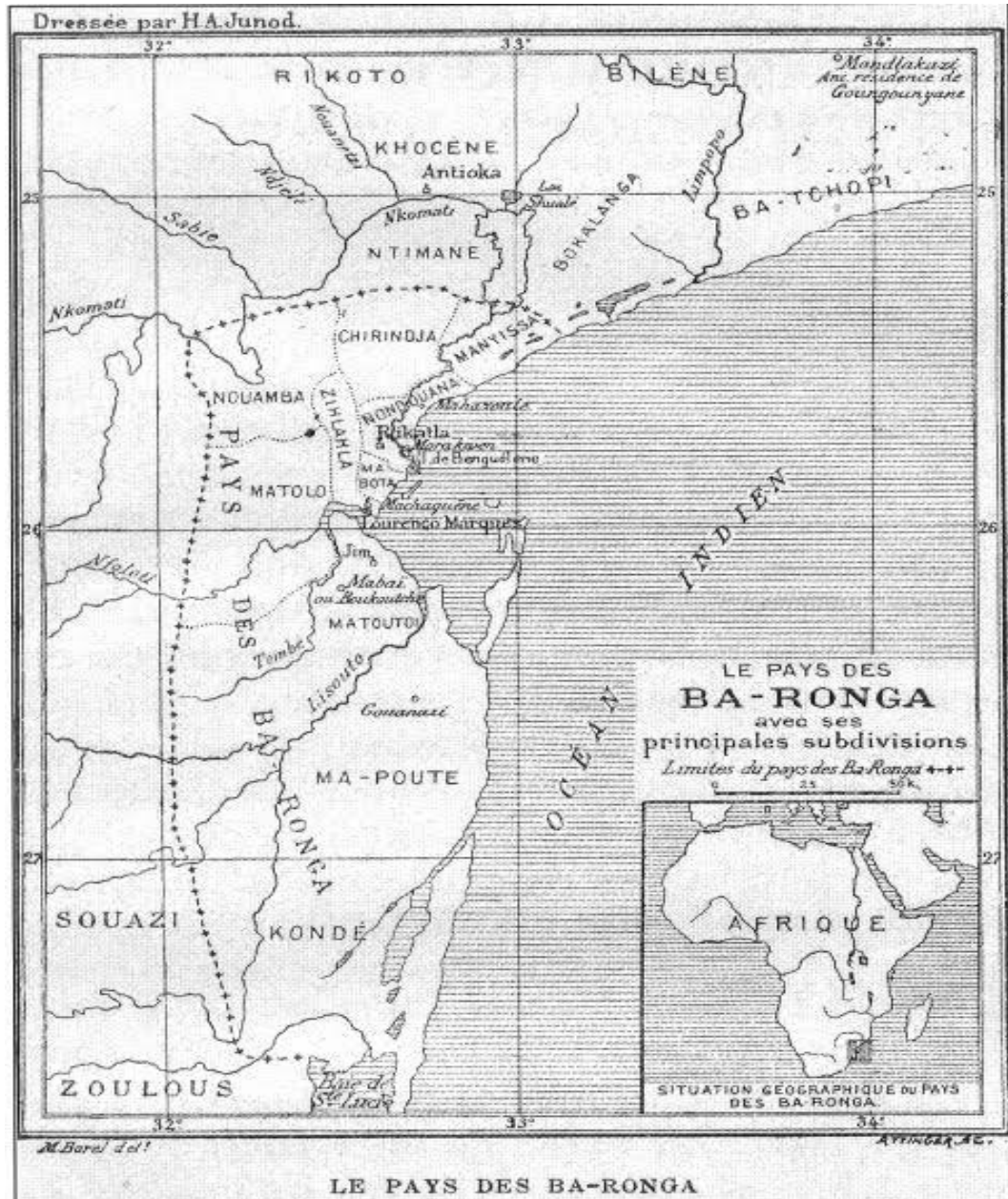
Esse é o acontecimento que teria originado aquele que foi considerado um cerco a Lourenço Marques, no mês de agosto de 1894. Alguns meses se passaram, e notícias alarmantes foram difundidas pela imprensa em Lisboa, influenciando o ambiente no parlamento português. A operação militar que tinha como objetivo principal ocupar a região de Gaza foi autorizada em dezembro daquele mesmo ano. A justificativa para destituir Ngungunyane do poder foi o acolhimento e a proteção dados pelo imperador de Gaza a Mahazul e Matibejane, este último era o régulo da região de Zixaxa, designação pela qual é mais conhecida. Para compreender o interesse que as autoridades metropolitanas dispensavam a essas duas lideranças africanas, é interessante a observação das áreas governadas por cada uma delas a partir de um mapa da região elaborado pelo próprio Junod.

Lourenço Marques, ou *Delagoa Bay*, para os ingleses, estava situada em uma posição estratégica para a navegação e o comércio da região. Disputada entre portugueses, holandeses, austríacos e britânicos desde algum tempo antes da Conferência de Berlim, era mantida sob forte domínio de lideranças locais que tinham consciência da importância que seus territórios representavam. Tratava-se,

⁹ Terra da Coroa era a designação administrativa dos vários territórios componentes de um mesmo distrito, cujos régulos eram assim considerados e se comprometiam como vassallos imediatos da Coroa. Deveriam cumprir suas obrigações de vassalagem, que constituíam, especialmente, o pagamento de imposto de palhota e o fornecimento de pessoas para atuar em guerras ou trabalhar para os portugueses.

naquele período, de aplicar o novo princípio de ocupação efetiva do território, e, para atingir esse objetivo, a remoção ou substituição das lideranças consideradas inconvenientes era fundamental.

Figura 5 – Mapa do país de Ba-Ronga



Fonte: Junod, H.-A., 1898 apud Junod, N. A., 1995.

Na sequência dos eventos, aconteceu a nomeação do comissário régio no final de 1894, com plenos poderes para governar a província e conter todo tipo de insubordinação. Ennes parte de Lisboa no dia 8 de dezembro em direção à África Oriental. Após percorrer a rota pelo Canal de Suez, chega ao porto da Ilha de

Moçambique, distante mais de dois mil quilômetros de Lourenço Marques, no dia 6 de janeiro. Ali, recebe informações sobre os fatos que aconteciam na região de seu destino, onde finalmente haveria de chegar em 17 de janeiro.

No prefácio da narrativa de sua obra (1945), Ennes deixa bem clara a visão que tinha sobre os acontecimentos e quais eram seus objetivos ao assumir o cargo. Para ele, a nação portuguesa necessitava superar aquela situação constrangedora com honra, assegurando seu domínio a qualquer custo. Tinha que ser provado à Europa que o governo português era detentor de força material e autoridade moral para reprimir a sublevação indígena, sem deixar impunes seus responsáveis.

Mas não bastaria restabelecer a ordem e castigar as lideranças; era indispensável assegurar o domínio de tal forma que não fosse objeto de ameaças ou discussões. E, para atingir esse objetivo, tornava-se imprescindível livrar a região do poderoso régulo de Gaza, a quem considerava “[...] um ambicioso insaciável, intrigante matreiro, que não nos amava nem nos temia” (ENNES, 1945, p. 13).

Os distritos de Lourenço Marques e Inhambane não seriam verdadeiramente nossos enquanto corressem risco perpétuo de ser preados por invasões vátuas; não poderiam prosperar nem civilizar-se as suas populações se continuassem a viver, como até ali, no terror do Gungunhana, cujos emissários prepotentes e espoliados iam até as vizinhanças da Beira e às margens do Zambeze, do Save e do Incomati cobrar tributos e fazer levas de gente de guerra debaixo das vistas das autoridades. Visto ter de fazer-se um esforço ingente para reprimir a revolta da Magaia, fôsse êsse mesmo esforço aproveitado também, se não para aniquilar o Gungunhana, para o tornar inofensivo. As tropas europeias que vencessem o Mahazulo e o Matibejana poderiam, auxiliadas pela força moral da vitória e reforçadas por novos contingentes, arrancar vassalos mal contentes ao chamado império vátua, cercar-lhe o território, rodear o Manjacase de postos fortificados, animar os inimigos do cruelíssimo filho do Muzila a levantarem-se contra ele, impôr ao potentado um *modus-vivendi* assegurado por constante vigilância armada, reduzi-lo, em suma, à posição correcta de súbdito, fiel por necessidade. Melhor seria, certamente, acabar com êle de vez. (ENNES, 1945, p. 13-14).

Seu projeto convergia com as opiniões de Mouzinho de Albuquerque e do major Caldas Xavier, oficial que tinha fácil acesso a Ngungunyane e que já havia percorrido grande parte de seu império. Ennes cultivava uma esperança íntima de derrotar, prender e matar o Leão de Gaza. Ambicionava ser protagonista de uma ação de resgate do orgulho nacional, de afirmação de soberania de um país que se encaminhava para a ruína social, política e econômica. Governado por uma monarquia inapta e decadente, ameaçada por um emergente movimento republicano, Portugal necessitava de um momento de autoafirmação, uma redenção

nacional, uma demonstração de soberania perante as demais nações imperialistas. A respeito disso, o manifesto de Marçal Pacheco (1895) é muito esclarecedor ao tratar sobre um país arruinado em todas as suas esferas político-administrativas.

Interessante é observar que António Ennes (1945) demonstra todo esse ressentimento por alguém com quem estabelecera, em sua passagem anterior pela província, uma relação de compadrio. O então comissário régio tomara como seu afilhado Umpissota, um dos filhos de Ngungunyane, que adotou o nome António Ennes Machado Epissota. Essas ações de aproximação, com estabelecimento de laços familiares, eram comuns entre as diversas lideranças africanas. A celebração de matrimônios significava a ratificação de alianças, de tratados de cooperação e de alinhamento de grupos sociais com interesses comuns na sua defesa ou na expansão territorial.

Na mensagem transmitida por Ennes a Ngungunyane durante a primeira semana de fevereiro de 1895, a aliança entre os portugueses e os vátuas é relembrada ao potentado africano, bem como o apoio dado pelo rei de Portugal ao seu pai na manutenção do poder. Após dar orientações sobre a interferência em assuntos internos, o comissário régio se despede na condição de *pai* do imperador de Gaza. Ainda hoje, é comum as pessoas em Moçambique se dirigirem a um estrangeiro com as expressões *boss*, *patrão* ou *pai*. Herança terrível daquele período colonial, quando os europeus invasores procuravam inculcar no senso comum dos africanos uma sensação de inferioridade. No Anexo E, encontra-se a transcrição integral daquela mensagem. (CAETANO, 1947).

Esses foram os primeiros movimentos de um plano de ocupação efetiva do território sul de Moçambique. Não interessava uma confrontação imediata, não existiam condições para isso naquele momento. O plano era articular negociações para a entrega dos régulos que haviam promovido o cerco de Lourenço Marques, com a submissão completa da região de Gaza aos interesses portugueses.

O planejamento das operações militares elaborado por António Ennes (1945) foi articulado em torno de três eixos: primeiro, fazer uma grande demonstração de força capaz de convencer os habitantes nativos e os estrangeiros de toda a província de que Portugal tinha todos os meios e a vontade de manter sua soberania sobre a região e castigar todo aquele que se insurgisse contra ela; segundo, ocupar posições estratégicas e construir postos fortificados nas fronteiras e no território de Ngungunyane para submetê-lo e estimular outras etnias a se revoltarem contra seu

jugo; e terceiro, na medida do possível, atacar e aniquilar Ngungunyane, sujeitando a região à autoridade da Coroa portuguesa. As operações que se desenrolaram ao longo do ano de 1895 tinham este objetivo: colunas militares avançariam sobre o território, estabelecendo alianças com régulos insatisfeitos, até cercarem Manjacaze (*Mandlakazi*), residência oficial de Ngungunyane, e efetuarem sua captura. Os portugueses tinham a consciência de que somente com a destituição do chefe *nguni* seria possível consolidar o domínio sobre a região.

Ayres D'Ornellas foi um dos oficiais designados para entabular as negociações com Ngungunyane. Da sua obra *Cartas D'África* (1930), foram extraídos diversos trechos que serviram como base para excelentes obras literárias. Descrições sobre a beleza, a capacidade de organização, a determinação, a compreensão dos eventos e a diplomacia articulada pela estrutura de poder que apoiava a liderança de Gaza colocam os africanos no mesmo nível que os melhores estrategistas do ocidente. Em carta dirigida a sua mãe, datada de 14 de agosto de 1895, D'Ornellas descreve Ngungunyane como “[...] um homem alto, pouco mais baixo do que eu, e sem ter as magníficas feições que tenho notado em tantos dos seus, tem-nas sem dúvida belas, testa ampla, olhos castanhos inteligentes, e um certo ar de grandeza e superioridade” (ORNELLAS, 1930, p. 93). Mais adiante, ele complementa: “Só direi que admirei o homem, discutindo durante tanto tempo com uma argumentação lúcida e lógica [...]” (ORNELLAS, 1930, p. 94).

No Anexo F, encontra-se a transcrição integral dessa mensagem, que descreve o primeiro encontro entre Ayres e Ngungunyane. Nesse registro, além de se perceber a admiração provocada no negociador português, nota-se a compreensão que o líder vátua tinha daquele contexto. Ele não estava disposto a entregar para a autoridade metropolitana seus régulos com os quais mantinha princípios de solidariedade, e questionava o volume de armamentos e soldados que se deslocavam no território. Não acreditava nas intenções de que apenas se queria estabelecer um acordo com a entrega de seus protegidos e a submissão a outras demandas. Entendeu rapidamente o plano de ocupação e cercamento ao longo das conversações. Sabia que sua liderança era o alvo do avanço militar português, e articulou toda forma possível de resistência para garantir sua posição.

Essa resistência se manifestou de diversas formas durante as conversações que ocorreram. Desde uma cooperação dissimulada, ao propor o acompanhamento de militares portugueses nas buscas pelos rebeldes, à aceitação da maioria das

condições impostas, contanto que as tropas invasoras deixassem seus domínios, e também por meio de ações localizadas de sabotagem a instalações militares.

Essa capacidade de negociar e tergiversar sobre os assuntos em questão demonstrada por Ngungunyane irritou profundamente António Ennes. A ira do comissário régio está registrada em sua obra, ao reconhecer a engenhosidade de uma contraproposta recebida, em que considerava haver uma inversão de quem deveria estabelecer condições para evitar um conflito de grandes proporções: “Pois eu tinha mandado impor condições, ou recebê-las? Haveria de rebaixar-se a autoridade da Coroa até desarmar-se para convencer o Gungunhana da lealdade das nossas intenções?” (ENNES, 1945, p. 311).

Naquilo que se reporta ao comportamento das autoridades portuguesas, a tática era a de entabular conversações paralelamente aos preparativos da invasão territorial. As negociações tinham como objetivo ganhar tempo durante a ocupação do terreno e a construção de fortificações no interior da região de Gaza. Todos os oficiais portugueses reconheciam sua inferioridade diante dos exércitos vátuas, e sabiam que, para atingir seu objetivo, necessitavam cooptar, ou submeter outros grupos étnicos. Para isso, aproveitaram-se de antigas divergências entre as várias lideranças.

Essas divergências eram bem conhecidas pelas autoridades portuguesas, que propunham aproximações de acordo com suas conveniências. Mas a fidelidade das lideranças cooptadas estava sempre sob suspeição, ou consideradas insuficientes. Por outro lado, ainda que indiretamente, reconheciam-se qualidades naqueles que eram considerados inimigos ou rebeldes. Exemplo disso é a descrição que Ennes (1945) faz de Mahazul, chefe da região de Magaia, como um jovem inteligente, audaz e ambicioso.

Ficava evidente aos militares que não estavam combatendo um inimigo qualquer, ou um despreparado. Seria necessário usar todo tipo de subterfúgio e vantagem bélica nas operações de ocupação. Na madrugada de 2 de fevereiro, acontece a primeira grande batalha em Marracuene (Marraquene), com êxito português impulsionado pelo uso de metralhadoras. Este acontecimento ainda se encontra no contexto de enfrentamento ao cerco de Lourenço Marques, tendo em vista a proximidade entre as duas localidades. Tropas portuguesas dispostas taticamente em uma formação conhecida como *quadrado* foram atacadas quando estavam bivacando (dormindo no campo, ao relento) no seu lado considerado mais

fraco pelos atacantes. Em uma ação muito bem planejada e coordenada, guerreiros rebeldes atacaram a formação, pelo lado que consideravam vulnerável, com gritos que tinham como objetivo confundir os defensores, que eram soldados trazidos de Angola. Após duas horas de intenso fogo, os atacantes se retiraram, e o resultado dessa batalha fez com que Matibejane (Zichacha) e Mahazul buscassem refúgio na região de Gaza. O primeiro renovou sua condição de vassalo a Ngungunyane, que, em troca, prometera-lhe nunca entregá-lo às autoridades metropolitanas.

Com ânimo renovado pelo desfecho deste enfrentamento, António Ennes estabeleceu como prioridade a invasão de Gaza para garantir a estabilidade da ocupação portuguesa no sul de Moçambique. E decide, a partir de março, pôr em marcha sua máquina de guerra. Para seguir nesse intento, ele busca qualquer informação que pudesse ser útil. Entre as pessoas com quem mantinha algum contato frequente, estava o missionário suíço Henri A. Junod, que lhe prestara informações sobre a localização de Matibejane e Mahazul. O primeiro havia se retirado junto com seus guerreiros em direção noroeste, para Gaza. Já o segundo havia concentrado suas forças na localidade de Mapunga, numa posição considerada facilmente defensável e cercada por forte vigilância.

Vemos aí uma das características de organização e defesa daqueles que poderiam ser considerados grupos de bandidos sociais, que se protegiam em locais de difícil acesso onde se beneficiavam de uma maior proteção natural. Mas que também enfrentavam as dificuldades de manutenção e sobrevivência inerentes às precariedades materiais e alimentares de seu abrigo. Essas dificuldades também foram relatadas pelo missionário ao comandante português.

A partir do momento em que considera o distrito de Lourenço Marques livre de ações de revolta, e identificando que essas forças se encontravam no território governado por Ngungunyane, o comissário régio começa a pressionar o líder vátua para a entrega dos rebeldes. Naturalmente, essa foi a desculpa perfeita encontrada pela autoridade portuguesa para iniciar um movimento que já estava decidido desde momento muito anterior, e em local bem distante dali. Era de conhecimento de qualquer estrangeiro a regra de que “Vocês muito bem sabem, as partidas que se jogam em África decidem-se na Europa” (CAETANO, 1947, p. 239), conforme afirmou o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Carlos Lobo de Ávila, para António Ennes, em correspondência datada de 21 de agosto de 1895. Nessa situação considerada anormal, o comissário régio impõe ao governante de

Gaza optar entre a entrega daqueles a quem havia acolhido ou a invasão de seu território e sua destituição do poder.

O plano do comissário régio para atacar Gaza se desenvolveu tanto no âmbito militar como em ações diplomáticas. Emissários portugueses haviam articulado contatos com o objetivo de impedir que Ngungunyane pudesse reforçar seus exércitos, tentando convencê-lo de que não seriam efetuados ataques ao seu território. Simultaneamente, insistiam na entrega dos régulos insurgentes. Essas conversações tinham como objetivo ganhar tempo para que as colunas bélicas pudessem se estabelecer no território, ocupando posições que facilitariam seus ataques. Mas o líder africano compreendia muito bem a situação, e tinha perfeita consciência de que a entrega dos refugiados da Batalha de Marracuene não representava o fim das hostilidades portuguesas. Tratou, portanto, de dar prosseguimento às conversações, propondo ajuda em uma pretensa busca aos fugitivos como forma de colaboração dissimulada.

No dia 8 de setembro, foi deflagrada a investida meticulosamente preparada ao longo dessas conversações. Uma coluna vinda do sul atacou violentamente Magul, região onde se encontrava refugiado Matibejane (Zichacha). Outra coluna, que partira de Inhambane, entrou em confronto com o exército de Gaza em Coolela no dia 7 de novembro. Este último enfrentamento ocorreu perto de Manjacaze, a então capital do Estado de Gaza, que foi imediatamente saqueada e incendiada.

Uma das principais consequências desses ataques foi a desorganização dos vátuas. Ngungunyane, acompanhado de suas lideranças fiéis, busca refúgio em Chaimite, local sagrado onde se localizava a sepultura de seu avô. Aproveitando o ambiente caótico, Sanches de Miranda articula o apoio de régulos indecisos ou amedrontados à causa portuguesa.

Em dezembro, Mouzinho de Albuquerque, que havia comandado a cavalaria na batalha do Coolela e no incêndio de Manjacaze, é nomeado governador do distrito militar de Gaza, então recém-criado. Julgando o momento uma oportunidade imperdível, empreende uma marcha até Chaimite, onde, num “golpe de mão” (ALBUQUERQUE, 1896, p. 21), captura Ngungunyane no dia 27.

Magigwane Khosa liderou parte do que restou do exército de Gaza, oferecendo uma resistência dispersa às investidas das tropas coloniais no período seguinte à captura do imperador africano. Tinha como objetivos de suas ações a resistência à administração portuguesa e a restauração da estrutura monárquica. Foi

derrotado definitivamente em Macontene, em julho de 1897, por um exército lusitano ainda mais reforçado, sob o comando, novamente, de Mouzinho.

Sobre os últimos movimentos da campanha em dezembro de 1895, o herói português produziu um relatório intitulado *A Prisão do Gungunhana*, impresso em Lourenço Marques em 1896. Tal registro pode ser consultado no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, tendo sido publicado recentemente pela Editora Letra Livre, daquela mesma cidade. Nesse documento oficial, o comandante militar discorre sobre as manobras e motivações de seus atos, sendo desnecessária (e mesmo enfadonha) a reprodução integral daquele registro aqui. Entre as informações que são consideradas úteis, podemos reter o episódio da entrega de Matibejane (Zichacha) no dia 13 daquele mês, o que atendeu à parte das exigências dos militares. Em relação a Mahazul, a informação obtida era de que estava protegido no território de Mogudugudo, neto de um régulo conhecido como Magioli. Não existem informações precisas sobre o destino desse régulo fugitivo, que foi envolvido desde a pretensa motivação para o início das hostilidades. Mas isso pouco importava a Mouzinho, pois, segundo suas próprias palavras, “[...] tinha-se enraizado no meu espírito a idéia (sic) que ou eu havia de prender ou matar o Gungunhana dentro de poucos dias [...]” (ALBUQUERQUE, 1896, p. 11).

A motivação principal de toda a operação estava novamente demonstrada, e as vitórias obtidas nos enfrentamentos anteriores produziram em Mouzinho uma resolução firme de acabar de vez com a liderança vátua. E, para isso, foram iniciadas manobras na segunda quinzena do mês. Durante aquele período, alguns emissários de Ngungunyane foram ao encontro de Mouzinho para estabelecer acordos de paz. Este adota uma tática dissimulada nas conversações junto aos negociadores enquanto avança com suas tropas em direção ao refúgio de seu alvo. Entre os emissários, encontrava-se Godide, filho e provável herdeiro de Ngungunyane, que foi detido por Mouzinho e ameaçado de fuzilamento caso seu pai não se apresentasse diante da autoridade portuguesa.

Na madrugada do dia 27 de dezembro, aconteceu o avanço sobre Chaimite, local sagrado para os vátuas, como já informado anteriormente, onde estava sepultado Manicusse. Ngungunyane ali se refugiara para praticar libações e cerimônias que impedissem a descoberta de seu esconderijo. Mouzinho invadiu o local e, após ameaçar atear fogo na palhota em que o régulo se encontrava, fez com

que este saísse da habitação. A partir daquele momento, seguiu-se uma série de humilhações e violências praticadas pelo oficial português, conforme o relato:

Não se póde (sic) fazer idéa (sic) da arrogancia (sic) com que elle se apresentou e do tom desdenhoso com que respondeu ás primeiras perguntas que lhe fiz. Mandei-lhe prender as mãos atrás das costas por um dos dois soldados pretos e disse-lhe que se sentasse. Perguntou-me onde, e como lhe apontasse para o chão, respondeu-me muito altivo que estava sujo. Obriguei-o então á força a sentar-se no chão (coisa que elle nunca fazia), dizendo-lhe que elle já não era Régulo dos Mangûnis, mas um *matonga* como qualquer outro. [...]

Perguntei ao régulo por *Quêto*, *Manhune*, *Molungo* e *Maguiguâna* (Magigwane Khosa). Mostrou-me *Quêto* e o *Manhune* que estavam ao pé d'elle e disse que os outros dois não estavam. Exprobei a *Manhune* (que era a alma damnada (sic) do *Gungunhana*) o ter sido sempre inimigo dos portuguezes, ao que elle só respondeu que sabia que devia morrer. Mandei-o então amarrar a uma estaca da pallissada e foi fuzilado por três brancos. Não é possível morrer com mais sangue frio, altivez e verdadeira heroicidade; apenas disse sorrindo que era melhor desamarral-o (sic) para poder cahir quando lhe dessem os tiros. Depois foi *Quêto*. Ele fôra o único irmão de *Muzilla* que quizera (sic) a guerra contra nós e o unico (sic) que fora ao combate de Coollela. Não tinha vindo *pegar pé*, como tinham feito *Inguiusa* e *Cuio* seus irmãos.

Dizendo-lhe eu isto, respondeu que não podia abandonar o *Gungunhana* a quem tinha criado como se fôra pae (sic), retorquindo-lhe eu: que a quem desobedecia a (sic) fazia guerra ao Rei de Portugal, deviam pae, mãe e irmãos abandonal-o (sic). Mandei-o amarrar tambem e fuzilar. (ALBUQUERQUE, 1896, p. 18-19).

Acerca da sequência dos acontecimentos, há uma extensa e profusa quantidade de publicações, não havendo necessidade maior de estender o assunto. O que me parece importante apreender sobre esses relatos é a atitude demonstrada pelos diversos personagens africanos diante das imposições estrangeiras. E isso não se refere especificamente às lideranças; um fato interessante a ser observado é que, desde junho de 1895, havia uma recompensa de novecentos mil réis (900\$000) oferecida em editais a quem entregasse algum dos régulos da Zichacha ou da Magaia. Ninguém executou essa traição.

Já a captura de Ngungunyane rendeu um lucro imediato considerável para as finanças portuguesas. Em 7 de janeiro de 1896, o governador do Distrito Militar de Gaza, Joaquim Mouzinho de Albuquerque, deu entrada no cofre da recebedoria em Lourenço Marques de 2.072 libras e dez *schillings* em ouro; uma libra e 14 *schillings* em moeda inglesa; 1.500 réis em prata portuguesa; um frasco de vidro contendo oito diamantes (sendo três grandes e cinco pequenos); aljôfares (pequenas pérolas) em número não determinado e 17 pontas de marfim. (ALBUQUERQUE, 1896).

Além disso, uma taça de prata oferecida pela rainha Vitória a Ngungunyane teria sido confiscada por Mouzinho e dada como presente à própria esposa. Posteriormente, o oficial português teria restituído esse objeto ao patrimônio do Estado, tendo ele vindo a fazer parte, atualmente, do acervo do Museu Militar em Lisboa.

Embora a captura e exílio do maior líder africano naquele período tenha sido motivo de comemorações para os europeus, o conflito estava longe de terminar. Ainda foram necessários mais dois anos para que Mouzinho, nomeado comissário régio em 1896, conseguisse sufocar os movimentos de revolta. Muitos régulos perceberam a armadilha em que caíram ao prestar vassalagem às autoridades portuguesas, perdendo tanto suas autonomias quanto seus territórios. A ausência da liderança de Ngungunyane provocou desequilíbrios nas estruturas tradicionais locais, fazendo com que seu retorno fosse reclamado. Magwigwane Khosa foi um dos que lideraram esse movimento, tendo sido executado em 16 de agosto de 1897. Esse teria sido o ponto final da campanha de África de 1895, empreendida no sentido da ocupação efetiva do interior do território africano para dar legitimidade perante uma nova ordem jurídica estabelecida por nações colonizadoras.

4 ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma breve reflexão sobre o conflito de 1895 se faz necessária, pois se tratava de um movimento de invasão praticado sob uma nova lógica expansionista, baseada na troca ou eliminação de tudo o que representasse um obstáculo. Longe de ser um evento pontual, fez parte da nova orientação europeia de ocupação efetiva de territórios. Essa nova ordem colonizadora foi definida durante a Conferência de Berlim, rotulada como uma “partilha da África”. Mas essa classificação pode ser considerada um equívoco, a partir da verificação de que as regiões costeiras africanas já vinham sendo disputadas desde muito tempo antes daquele encontro. Vários tratados e conflitos já haviam sido objetos de arbitragens internacionais desde o século anterior. O que se definiu em 1885 foi o critério para o reconhecimento de posse sobre um território africano a ser reivindicado por alguma nação europeia.

Também se estabeleceu um modo de convivência entre as nações imperialistas, em que nenhuma delas respeitaria as peculiaridades de cada sociedade ou região invadida em detrimento dos interesses de seus parceiros invasores. A região continuaria a ser dividida durante décadas após a conferência. No caso específico de Moçambique, podem ser verificadas demarcações de fronteiras ainda durante a década de 1910, com a participação de equipes formadas por alemães, belgas, ingleses e portugueses¹⁰.

Para a articulação entre as formas de resistência desenvolvidas e os registros feitos por autoridades estrangeiras, foram selecionadas várias mensagens em que pudessem ser reconhecidos traços de inconformidade nas sociedades ou lideranças nativas. Em alguns casos, foram reproduzidos apenas trechos desses registros, em outros, aconteceu uma reprodução integral nos anexos. Isso se deve à escolha de não estender demasiadamente esta monografia, evitando tornar sua leitura cansativa.

Um exemplo peculiar dessas mensagens está na que Henri A. Junod enviou para António Ennes. Traduzida a partir de um relato escrito em francês, considerado

¹⁰ Esta informação pode ser constatada a partir da consulta ao documento apresentado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal ao Congresso da República, em 1913, intitulado *Demarcações de Fronteiras nas Colônias Portuguesas de África*, disponível para consulta no Arquivo Histórico de Moçambique. (PORTUGAL, 1913).

ruim por Marcello Caetano (1947), esta carta que é referida apenas em algumas obras que tratam da história de Moçambique apresenta as causas de um enfrentamento que serviu como motivação para o conflito de 1895. Nela, são apresentados os temores que se abatiam sobre Mahazul, régulo de Magaia, sua inconformidade em relação às condições a que eram submetidos e o receio que tinha de ir ao encontro da autoridade colonial. Suas percepções tornaram-se realidade quando seus conselheiros sofreram uma emboscada, surgindo a necessidade de um resgate. Durante a fuga, o principal conselheiro do régulo foi ferido, isso causou uma revolta que se espalhou na região. Os representantes portugueses buscaram proteção em Lourenço Marques, que se situava na região de Zichacha. O régulo Matibejane, que governava aquela área, apoiou o régulo de Magaia no cerco a Lourenço Marques.

Após a derrota na batalha de Marracuene, as duas lideranças africanas buscaram proteção na região de Gaza, prestando vassalagem a Ngungunyane, que se comprometera em não entregá-los às autoridades portuguesas. Segundo a ótica dos colonizadores, as ações daqueles régulos seriam classificadas como banditismo social. Entretanto, a partir da leitura da carta de Junod, ficam evidentes as preocupações que se abatiam sobre todos os habitantes nativos. Conhecedores das imposições aplicadas a outros africanos, e das consequências decorrentes de tais arbitrariedades, era natural que houvesse receio em ir ao encontro convocado. Esse temor se transforma em revolta a partir do momento em que fica materializada a traição dos administradores coloniais. De acordo com o depoimento daqueles que narraram os eventos iniciais, a guerra se estabeleceu a partir dali.

Ao longo das narrativas do conflito, podem ser identificadas diversas percepções contraditórias manifestadas pelos agentes europeus acerca da personalidade dos africanos. Enquanto Mouzinho de Albuquerque somente reconhece, naqueles a quem classifica como adversários, brutalidade, ignorância, indolência e bestialidade, Ayres D'Ornellas registra a capacidade organizacional, a disciplina militar, a harmonia e o entusiasmo de um exército que estava sob uma liderança admirável. Além da capacidade de debater durante muito tempo com argumentações lúcidas e lógicas, o que demonstrava grande entendimento do contexto em que estavam participando.

Ao comandante militar português, interessava a ação direta, com objetivo de eliminar todo aquele que pudesse representar alguma dificuldade para a ocupação

efetiva do território. Era esta sua ideia de *pacificação* da província. Por seu lado, Ornellas defendeu e articulou, durante um bom tempo, uma solução negociada para o conflito. Acreditando em uma saída pacífica até meados de 1895, quando mudou sua opinião tanto por pressões de seus superiores quanto por seu desejo em regressar a Portugal. O próprio Mouzinho ainda teria que estender suas ações em Gaza até o ano de 1897.

António Ennes também foi um daqueles que se mostraram impacientes com a duração do conflito. Já no sexto mês de permanência na África, manifestava claramente sua vontade de retornar através das cartas pessoais que escrevera para sua esposa e para sua filha. Indignado com a capacidade demonstrada por Ngungunyane ao longo das negociações, e com a dissimulação articulada sobre a entrega dos régulos fugitivos, restava para a autoridade máxima portuguesa o recurso aos acordos de vassalagem e a aplicação de sua força militar.

Houve a prática de cooptação e coação de outros régulos para enfraquecer a liderança vátua, facilitando o avanço das colunas de operações militares. Os oficiais portugueses sabiam de antemão que seus objetivos não poderiam ser atingidos facilmente, porque tinham consciência de sua inferioridade numérica e do nível de autoridade exercida por aquele a quem estavam combatendo. Esse poder fica evidenciado nos registros feitos em 1891 e 1892 por Augusto Cardoso e Ignacio de Paiva Raposo (anexos A, B e C), em que se podem reconhecer a postura diplomática de Ngungunyane, sua capacidade negocial e compreensão das dinâmicas internas e externas. Também nesses documentos, estão reconhecidas as dificuldades que a etnia *nguni* representava para a ocupação efetiva do território, fazendo com que os portugueses estabelecessem como objetivo a destituição do poder daqueles que poderiam oferecer oposição à sua conquista territorial.

Aplica-se então, sobre os nativos, um arcabouço ideológico e prático que vai legitimar e consolidar todo o projeto colonizador. A desqualificação de antigos aliados e de populações em geral, prisões arbitrárias, submissão ao trabalho forçado e exílio de lideranças foram práticas inseridas na ordem do dia. Além de torturas para obter informações e execuções sumárias. Naturalmente, esses procedimentos causaram fissuras entre as diversas sociedades e etnias, que reforçaram as noções distorcidas que os europeus cultivavam sobre os africanos.

Este conflito, aqui estudado, que já vinha sendo desejado por algumas personalidades metropolitanas desde algum tempo, surgiu como um fato novo, um

elemento que resgata o nacionalismo português e mobiliza a nação. No âmbito interno, seu desfecho, ao reduzir o ímpeto do movimento republicano local, proporciona uma sobrevivência à decadente monarquia lusitana. No que se refere às relações com as demais nações europeias, funcionou como uma espécie de renascimento virtuoso de uma nação que tinha um projeto colonial mais “humano”. Para as questões mais diretas no continente africano, representou um avanço significativo para a marcação definitiva das fronteiras coloniais. Mas, para o contexto interno da província, representou o início de um processo crescente das várias formas de violência a serem aplicadas durante as oito décadas que viriam a seguir.

As violências físicas, morais, religiosas, políticas e econômicas passaram a ser exercitadas com mais intensidade no continente a partir de sua definição como o próximo território a ser invadido e explorado. Sem negar toda a violência aplicada pelo tráfico infame e as práticas de escravidão, que persistiram em Moçambique até a década de 1920, trata-se de reconhecer, naquele momento histórico, um novo patamar da expropriação de recursos em regiões fora da Europa.

Para reagir a este incremento da agressividade colonizadora, os africanos elaboraram diversas técnicas de resistência, à medida que passaram a compreender os objetivos daqueles estrangeiros, e de acordo com suas possibilidades de enfrentamento. Elikia M'Bokolo demonstra muito bem este processo quando afirma:

É igualmente notável o engenho de que os africanos deram mostras para contestar o sistema, desde a recusa individual até aos motins regionais, desde a reação imediata a um dos efeitos da colonização até a vontade profunda de mudar as coisas. A resistência era passiva ou ativa, local ou alargada, eclodia em meio rural ou urbano, assumia formas antigas ou modernas, e colocava-se no terreno econômico, social, político sem excluir o religioso. (M'BOKOLO, 2012, p. 456).

Aquilo que os europeus interpretaram como indolência, dificuldade de compreensão, selvageria, aculturação, banditismo social, sabotagens, devastação de colheitas e alianças instáveis eram algumas das formas elaboradas pelas diversas populações e grupos sociais nativos para a manutenção de sua integridade e sobrevivência. Naturalmente, a essas variadas técnicas de resistência, foram elaboradas formas mais sofisticadas de todo tipo de violência. Alemães, belgas, franceses, espanhóis, holandeses, ingleses, italianos, e portugueses não hesitaram em aplicar o peso de suas armas, exércitos e políticas ao longo de todo o continente.

Várias atrocidades cometidas eram toleradas, ou aceitas como necessárias, em nome de um discurso regenerador dos povos que, segundo Hegel e adeptos (NÓBREGA, 2009), não tinham cultura, eram desprovidos de História e inteligência. Sobre este alicerce racista, foi construída toda a estrutura colonial, que legitimou a continuidade da exploração de todas as regiões do planeta.

A violência praticada nas colônias somente provocou indignação e revolta na Europa quando foi aplicada e identificada no velho continente. A ascensão do nazifascismo escancarou, aos europeus, toda a crueldade passível de ser aplicada em um ser humano. Mas, nesse ponto, Aimé Césaire (2017) denuncia, no seu *Discurso Sobre o Colonialismo*, que aquilo que mais causa revolta na sociedade ocidental não é a violência em si. Esta vinha sendo estimulada, praticada e tolerada desde períodos muito anteriores. Aquilo que mais causou desconforto foi a aplicação de toda forma de atrocidades por brancos em brancos. Enquanto isso era praticado sobre africanos, americanos e asiáticos, tudo parecia normal para o mundo que se intitulava civilizado.

Daquele ovo da serpente acalentado cuidadosamente por algumas lideranças durante o período entre as duas Grandes Guerras, eclodiram algumas das mais abjetas instituições europeias. Uma delas foi a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), em 1945, durante o auge do Estado Novo português, e que, em 1969, passou a se chamar Direção Geral de Segurança (DGS). Criada com a participação de consultores da polícia secreta do Estado nazista (Gestapo) e de fascistas italianos na administração de António de Oliveira Salazar, foi o braço forte da repressão portuguesa tanto no continente quanto nas colônias, no pós-guerra.

Foi a DGS, em conjunto com o exército português, que executou o massacre de Wiriyamu¹¹ em dezembro de 1972, como retaliação a um disparo de revólver que atingira um avião particular, que aterrissou em segurança. Cerca de quinhentas pessoas foram executadas nesta operação, entre as quais se encontravam mulheres grávidas, bebês e crianças. A mesma comunidade internacional que se mostrava

¹¹ Na tarde de 16 de dezembro de 1972, um sábado, a aldeia de Wiriyamu foi bombardeada e cercada por tropas do sexto Grupo de Comandos transportadas por helicópteros. Os habitantes foram divididos e alinhados em grupos de homens e mulheres, que em sua maioria foram imediatamente executados. Muitos foram empurrados para o interior de suas casas que eram incendiadas a seguir. Ao mesmo tempo em que crianças foram mortas com pontapés ou tinham seus crânios esfacelados, mulheres grávidas tiveram seus ventres cortados por baionetas. Essas ações se estenderam às aldeias de Chawola e Juwau, que faziam parte do Regulado de Gandali, distante 25 quilômetros da cidade de Tete. Para mais informações, consultar a obra de Adrian Hastings (1974), Wiriyamu.

horrorizada e traumatizada com o atentado nos jogos olímpicos de Munique naquele ano sequer tomou conhecimento de mais um genocídio na África. Essa execução em massa somente veio a público em meados de 1973, graças à perseverança de alguns missionários.

Este deliberado avanço temporal da narrativa tem a intenção de demonstrar que, ao longo dos cerca de oitenta anos de sua presença na região, Portugal sempre exerceu seu domínio territorial baseado na aplicação da força sobre as sociedades locais. E contra essa violência institucional foram articuladas várias formas de resistência. Oliveira Boléo comete um grave erro de avaliação quando afirma, em sua obra intitulada *Moçambique*, que: “A deportação do Gungunhana e a morte de Maguiguana marcam, por assim dizer, a inteira submissão ao povo que foi levar aos indígenas moçambicanos as novas luzes de uma civilização mais alta” (BOLÉO, 1951, p. 168).

Em nenhum momento da ocupação colonial, a violência, em suas diversas formas e graduações, deixou de ser aplicada sobre os africanos. Tampouco o convívio passou a ser orientado pela harmonia entre colonizadores e colonizados.

Através do acesso, da leitura e da interpretação das diversas formas de narrativas sobre as sociedades africanas, produzidas pelos diversos agentes colonizadores, podemos verificar que os africanos sempre resistiram, de algum modo, ao invasor estrangeiro. Mais significativa é a constatação de que foram os europeus mais brutais aqueles que mais reclamaram das hostilidades africanas ao longo de todo o processo de ocupação. A oposição à ocupação estrangeira se apresentou sob diversos formatos. Incipiente, pouco articulada e ambígua em sua fase inicial, foi adquirindo um caráter de solidariedade entre os diversos grupos submetidos. Alguns autores identificam nesse período a gênese dos posteriores movimentos de independência africanos que eclodiram a partir da década de 1950. Esclarecem também que não se pode atribuir àquelas lideranças que estabeleceram tratados com os agentes coloniais uma atitude de traição nacional. Na virada do século XIX, não existia uma nação moçambicana, sequer havia uma definição de suas fronteiras territoriais (que vinham sendo definidas sem a participação e a consideração das características das populações atingidas), portanto, não existia um sentimento nacional.

Somente a partir da percepção de que havia se instalado um regime que ameaçava a existência de suas coletividades, com as humilhações e crimes

inerentes à ideologia colonial, é que começaram a surgir reações de minorias e de alguns régulos que reconheceram na invasão europeia uma ameaça. Dessas percepções, surgiram as mais variadas formas de oposição popular: fugas, sublevações, rejeições ou inconformidades passaram a ser constantes nas colônias.

A Guerra de Gaza não foi um evento isolado em Moçambique; uma tradição guerreira e resistente à ocupação também é reconhecida na área do vale do rio Zambeze. Os povos desta região foram atingidos igualmente pelos custos sociais e econômicos altíssimos decorrentes da imposição do regime colonial português. Naquele território, Mapondera foi um dos líderes mais proeminentes na luta contra os europeus. Outros núcleos de resistência também existiram no litoral, entre eles, podem ser citados os maganja. Ao norte, merecem atenção os macondes e yaos, entre outros povos.

A proposta heurística desta monografia é reconhecer protagonismos dos diversos agentes africanos ao longo dos vários períodos de ocupação estrangeira. Existem registros disponíveis desde 1497, em coleções produzidas pelo então Centro de Estudos Históricos Ultramarinos em Lisboa, na década de 1960. Uma dessas coleções se chama *Documentos Sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, com oito volumes (REGO, 1962); outra coleção que pode ser encontrada é a *Documentação Avulsa Moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino*, com três volumes, e cerca de 1.200 páginas em cada um deles (SANTANA, 1964). Também deve ser considerada a leitura da obra *Memórias de Sofala*, escrita por José Fialho Feliciano e Victor Hugo Nicolau (1998), republicada por ocasião da comemoração dos 500 anos dos descobrimentos portugueses. Essas e outras tantas fontes estão disponíveis em arquivos ou bibliotecas nacionais de Portugal e Moçambique.

Para o contexto do período colonial, um dos objetivos deste trabalho é buscar nos movimentos das lideranças apresentadas atitudes de insubordinação, que pudessem ser considerados reveladores da insatisfação e da rejeição ao sistema. Esses atos e sentimentos estariam, segundo pensadores africanos, na origem dos diversos movimentos de independência que libertaram o continente ao longo do século XX.

Além de demonstrar as contradições daqueles que operavam o sistema, busca-se aquilo que não está diretamente escrito ou denunciado sobre aquele que está sendo submetido. Encontramos as virtudes daqueles que foram calados,

ouvindo suas vozes através dos registros de seus detratores. Tais capacidades de resistência podem ser identificadas ao longo da leitura das diversas mensagens apresentadas ao longo desta monografia. Nas mais variadas formas de rejeição ou adaptação ao mecanismo colonial, estão demonstradas a criatividade e a perseverança das diversas sociedades africanas. Mesmo que tenham sido submetidas ao longo de décadas pela vantagem econômica e bélica do colonizador.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho d'. **A prisão do Gungunhana**: relatório apresentado ao conselheiro Correia e Lança. Lourenço Marques: Typographia Nacional de Sampaio e Carvalho, 1896.
- ALMADA, José de. **Tratados aplicáveis ao ultramar**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943. v. 5.
- ALMEIDA, José Maria d'; LACERDA, Araujo Corrêa de. **Diccionario encyclopedico**. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1868.
- AMARAL, Bernardo Amaral. **Provérbios dos vatonga**. Milão: Edizioni Biblioteca Francescana, 2009.
- AMARO, José. **Massacres na guerra colonial**: tete, um exemplo. Lisboa: Ulmeiro, 1976.
- BACELAR, Jonildo. Mapa de Moçambique. **Guia geográfico**: África turismo. [S. l.], [2019?]. Disponível em: <http://www.africa-turismo.com/mapas/mocambique.htm>. Acesso em: 7 dez. 2019.
- BOLÉO, Oliveira. **Moçambique**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1951.
- CAETANO, Marcello (org.). **As campanhas de Moçambique em 1895**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC, 2017.
- CIRNE, Manuel Joaquim Mendes de Vasconcellos e. **Memoria sobre a província de Moçambique**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- COUTO, Mia. **A espada e a azagaia**. Maputo: Fundação Fernando Leite Couto, 2016.
- COUTO, Mia. **Mulheres de cinza**. Maputo: Fundação Fernando Leite Couto, 2015.
- COUTO, Mia. **O bebedor de horizontes**. Maputo: Fundação Fernando Leite Couto, 2017.
- CUNHA, Amadeu. **Mouzinho**: acção, pensamento, e a época. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956.
- ENNES, António. **A guerra de África em 1895**. Lisboa: Edições Gama, 1945.
- ENNES, António. **Moçambique**: relatório apresentado ao governo. 4 ed. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971.

FELICIANO, José Fialho; NICOLAU, Victor Hugo. **Memórias de Sofala**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

HASTINGS, Adrian. **Wiryamu**. Porto: Edições Afrontamento, 1974.

JUNOD, Henri Alexandre. **Usos e costumes dos bantos**. 2 ed. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1974. v. 2.

JUNOD, Henri Phillippe. **Os indígenas de Moçambique**: no século XVI e comêço do XVII. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1939.

JUNOD, Nicolas André. [Henri Alexandre Junod]. Lignières: Junod.ch – généalogie des familles Junod, 1995. Disponível em: <https://www.junod.ch/henri-alexandre-junod/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Gungunhana**. Porto: Porto Editora, 2018.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Ualalapi**. Maputo: Alcance Editores, 2016.

KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra I e II. Viseu: Tipografia Guerra, 1972.

LIESEGANG, Gerhard J. **Ngungunyane**. Maputo: Tipografia Progresso, 1996.

LISBOA, Carlos. **Apreciações ao tratado anglo-portuguez de 20 de agosto de 1890**. Lisboa: Typographia da Gazeta de Portugal, 1890.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**. Lisboa: Edições Colibri, 2012. v. 2.

MESQUITA, Mário de. **Diario de noticias**: primeira página 1864-1984. Lisboa: Editorial Notícias, 1984.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lousã: Publicações Europa–América, 2012.

NÓBREGA, Francisco Pereira. **Compreender Hegel**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

NORONHA, Eduardo de. **O heroe de Chaimite**. Porto: Empreza Litteraria e Typographica, 1906.

ORNELLAS, Ayres d'. **Cartas d'África**: campanha do Gungunhana. Lisboa: Escola Tipografica das oficinas de São José, 1930.

PACHECO, Marçal. **A resposta do paiz**. Lisboa: Typographia Industrial Portugueza, 1895.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

REGO, A. da Silva. **Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central: 1497-1840.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962.

SANTANA, Francisco. **Documentação avulsa moçambicana do arquivo histórico ultramarino.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. **Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX).** 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05102017-183101/publico/2017_GabrielaAparecidaDosSantos_VCorr.pdf. Acesso em: 15 mar. 2018.

SERRÃO, Joel. **Pequeno dicionário de história de Portugal.** Porto: Editora Figueirinhas, 1987.

SILVA, Ana Cristina. **O rei do monte Brasil.** Alfragide: Oficina do Livro, 2012.

SITOE, Bento. **Dicionário changana–português.** Maputo: Texto Editores, 2011.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. **O ultimatum inglês.** Lisboa: Publicações Alfa S. A., 1990.

TELLES, Bazilio. **Do ultimatum ao 31 de janeiro.** Porto: Bazilio Telles, 1905.

VALE, Álvaro Henriques do. **Do mapa cor de rosa à Europa do estado novo: diplomacias, macroeconomia... e ainda o colonato judaico para Angola.** Lisboa: Chiado Editora, 2015.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Documentos apresentados ao congresso da república em 1913 pelo ministro dos negócios estrangeiros: demarcações de fronteiras nas colónias portuguesas de África.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

VIANA, Mário Gonçalves. **Mousinho de Albuquerque.** Porto: Editora Educação Nacional, 1938.

**ANEXO A – INTENDÊNCIA GERAL DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS EM GAZA.
ACTA DA SESSÃO REALIZADA NO W´DEUGO A 6 DE NOVEMBRO DE 1891 A
PEDIDO DO RÉGULO GUNGUNHANA**

Aos seis dias do mez de Novembro do ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e noventa e um, no W´Deugo, povoação pertencente ao Mazilla, e onde actualmente se encontra o regulo Gungunhana pelas sete horas da manhã, achando-se reunidos o mesmo regulo Gungunhana, seus tios Cuio e Queto, os seus confidentes, indunas Maquejana, Soconaca, W´Daca, Guio-gnio e Chiguixa, os dois ultimos enviados a Londres, bem como o Intendente Geral dos negocios indigenas em Gaza Dr. Manuel Joaquim Martins, José Peixoto do Amaral, capitão do exercito d’Africa oriental e representante do Governo de Lourenço Marques, Vicente Guilherme Garibaldi de Miranda, capitão do dito exercito e representante do Governo de Inhambane, Anibal Augusto Sanches Sousa e Miranda segundo tenente d’artelaria comandante do destacamento acampado no Muambacheca, os alferes Antonio Moreira de Sousa, e José Augusto Quadros, adjunto á Intendencia Geral, os interpretes Diniz Paes e Victorino Marques, comigo Ignacio de Paiva Raposo intendente do Bilene, os subditos britannicos Denis Doyle, Longden, Warrisson, Fels, e sua mulher, foi por Sua Ex.a, Intendente Geral dito ao regulo que tendo este requisitado aos Governos de Lourenço marques e Inhambane enviados destas localidades para virem aqui ouvir umas declarações que acabavam de chegar de Londres com a embaixada que enviara áquela cidade, hoje que todos ali se achavam reunidos lhe pedia para falar e expor o que queria. Dando o regulo a palavra aos seus emissarios falou primeiro o Chiguixa e logo em seguida o Guio-gnio os quaes exposeram os factos que tinham levado o seu chefe a envial-os da primeira vez ao Natal, a cuja ida eles atribuem todas as questões que ultimamente se tem levado entre portugueses e vatuas. Referem-se ás nossas falsas promessas, aos erros que motivaram a guerra de Chicongusa, á má recepção que foi feita aos regulos do Inhambane durante a passagem dos vatuas por aquelas terras na sua marcha do Mussurise para aqui, e mesmo depois da sua nova instalação nas terras de Binguana, e á maneira um pouco brusca como foram recebidos os seus enviados a Lourenço Marques, Atoga e Maquelina, que se dirigiam ao chefe militar d’aquelas terras o tenente coronel Francisco Lopes Serra, pedindo-lhe passagem para o local onde se acham o secretario (Conselheiro Almeida) oa quaes, apesar de terem

levado duas pontas de marfim grosso para suas despesas n'aquela viagem, aquela auctoridade as tratou dando-lhes farello para comer, negando-lhe a passagem e ficando com o marfim segundo eles dizem. Todos estes factos reunidos fez supôr ao povo vatua que os portuguezes se preparavam para o bater, e tendo até ali repellido os ingleses como pessoas de quem não fostavam, tinham-se contudo n'aquela ocasião lembrado deles. Foi então que o regulo decidiu enviar-los a pedir informações ao Natal relativamente aos nossos projectos. Estabelecem em seguida o paralelo entre a maneira mesquinha como foram recebidos em terras portuguezas e a generosidade como os trataram n'aquela colonia inglesa. Refere-se á vinda do Dr. Schultze e á oferta que este fez ao Gungunhana em nome da Rainha de Inglaterra das mil armas Martins Henry para poderem repelir as aggressões que estavam sendo alvo por parte dos regulos avassalados a Portugal; ás complicações que derivaram da aceitação das referidas armas, e por ultimo á resolução pelo Gungunhana tomada de envar a Londres para agradecerem em nome do seu regulo o presente que acabava de receber, dizendo terem sido ali muito bem tratados, mas negando terminantemente haverem pedido a protecção inglesa.

Depois disto toma a palavra Gungunhana a pedido do Intendente Geral e repetindo as declarações que os seus indunas fizeram acabou por afirmar que apesar de nós nada lhe oferecermos, lhe estarmos constantemente tirando terras e gente e lhe tratarmos mal o seu povo, enquanto que os ingleses o enchiam de presentes e atenções, ele seria até morrer vassallo do Rei de Portugal e continuaria a ter erguida nas suas terras a bandeira portugueza. Perguntando em seguida o Intendente Geral se ele no caso das autoridades portuguezas baterem "Zavalla", lhes prestaria auxilio conforme o afirmara na reunião que tivera logar na ocasião de tomar posse do cargo que agora desempenhava, respondeu com a evasiva de que não podia reunir forças presentemente, visto ter sua atenção presa com os acontecimentos que se estavam dando entre os regulos Bogucha e Lichangue pertencentes a Inhambane e o regulo Macauna Mangadona, bem como a vinda de forças brancas estabelecidas no Magude, com o que não concordava e agora ainda menos depois de ter conhecimento das violencias praticadas pelos soldados nas mulheres d'aquela região.

O Intendente Geral objectou, a pedido do representante do Governo de Lourenço Marques, que fora com a acquiescencia dos seus enviados a este districto que para ali fora mandada a força militar, ao que ele replica insistindo pela sahida

das mesmas forças, as quaes no seu entender não podem pertencer ao Rei, visto que este nada mandara dizer antes de ali as colocar, não tendo seuqer mandado fazer a apresentação do respectivo commandante, como fizera quando se estabeleceu o Antigo commando militar de Inhampura, e que estava certo de que elas pertenciam exclusivamente ao Intendente Paiva Raposo, visto ser este quem para ali as acompanhara e estabelecera.

Declarou peremptoriamente que ia mandar gente destruir as palleissadas levantadas pelos brancos na Cossine, ao que o Intendente Geral, replicou que não consentiria em tal e que a este respeito faria immediatas comunicações ao Governo de Lourenço Marques de cuja resposta lhe daria parte, e até que esta chegasse esperava que ele Gungunhana estaria acomodado, ao que ele annuo. Na mesma reunião o inglez Doyle pediu licença para entregar o presente qua a Rainha d'Inglaterra enviara ao Gungunhana¹² e ao mesmo tempo ler-lhe uma mensagem do Governo Inglez, bem como a carta que acompanhava o presente, o que fez perante todos, dando depois copia, cuja publicação autorizou. Ao terminar esta conferencia o Gungunhana refere-se ainda a umas queixas apresentadas por um secretario de seu irmão Maedamo de que alguns soldados do posto militar de Mabacheca tinham cometido violencias em mulheres d'aquela localidade, apoderando-se tambem d'uns barcos indigenas de que estes se servem para fazer a travessia do rio Limpopo. A isto respondeu o commandante do referido posto militar que eram de certo falsas as queixas apresentadas, visto que no ponto onde está estabelecido não ha mulher alguma, assim como não ser preciso á sua gente o roubar os *dongos* por ter sempre á sua disposição grande numero de embarcações d'ele e a do vapor *Pungue*; em todo o caso ele procuraria conhecer a verdade castigando os delinquentes se por ventura as houvesse enviando os acusados ao Gungunhana caso mentissem. E não havendo mais nada a tratar-se deu-se por terminada esta conferencia, resolvendo Sua Ex^a. o Intendente Geral entregar a cada um dos enviados copias authenticas dos documentos inglezes a que se refere esta acta, a qua vae assignada por todos os funcionarios portuguezes presentes, interpretes, comigo Ignacio da Paiva Raposo, servindo de secretario, aqual escrevi, subscrevo e assigno. Seguem-se as assinaturas.

¹² Uma taça de prata com a incrição: *To Gungunhana from Victoria Queen*; apreendida por Mouzinho em Chaimite.

Manuel Joaquim Martins intendente geral: José Peixoto do Amaral capitão; Vicente Guilherme Garibaldi de Miranda, capitão; Anibal Augusto Sanches Sousa e Miranda, adjunto á Intendencia Geral; José Augusto de Quadros, alferes adjunto á Intendencia Geral; crus, signal do interprete Victorino Marques; Dinis Paes, interprete; Ignacio de Paiva Raposo.

Está conforme. Secretaria da Intendencia Geral dos Negocios Indigenas em Gaza, em Violante aos 6 de Novembro de 1891.

O INTENDENTE DE BILENE
IGNACIO DE PAIVA RAPOSO
Secretario

(ORNELLAS, 1930, p. 19-22).

ANEXO B –INTENDÊNCIA GERAL DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS EM GAZA

Copia. To Gungunhana-King of Gasaland.

My friend. – By the hand of your Messenger Huln-Huln I send you a present from the Great Queen, who sends this mark of her Goodwil towards you and your people. I am your friend – Henry B. Loch (signed) High Commissioner 12 th. September 1891.

Seal of the High Commissioner. Está conforme- Secretaria da Intendencia Geral dos Negocios Indigenas em Gaza, em Violante aos 6 de Novembro de 1891.

O INTENDENTE DE BILENE
IGNACIO DE PAIVA RAPOSO
Secretario

Copia. To Gungunhana – Chief of Gasaland

“My Friend”

I am desired by the Secretary os State for the colonies to inform you that whilst your Envoys Hulu and Unifeti were in England, Her Majesty the Queen informed them that communications would he made to you through Her Majesty’s Ministers on the subject of your Envoys visit. I am therefore to acquaint you that as the convention with Portugal places much of your territory under the protection of that country, you have acted rightly in not making any formal request; for her Majesty’s was pleased to receive your two representatives and to learn from them your friendly disposition towards Herself and her subjects, a feeling wich she entirely reciprocates. lam your friend (signed) Henry B. Loch14 th.

August 1891 – Governor High Commissioner – Seal of High Commissioner.

Está conforme- Secretaria da Intendencia Geral dos Negocios Indigenas em Gaza, em Violante aos 6 de Novembro de 1891.

O INTENDENTE DE BILENE
IGNACIO DE PAIVA RAPOSO
Secretario

INTENDENCIA GERAL DOS NEGOCIOS INDIGENAS EM GAZA

Para o Rei Gungunhana da Terra de Gaza.

Meu amigo.

Pelas mãos do seu mensageiro Huln-Huln, eu envio a você um presente da Grande Rainha, a qual envia esse símbolo de sua boa vontade para você e seu povo.

Eu sou seu amigo Henry B. Loch

(assinado) Alto Comissário. 12 de Setembro de 1891.

Selo do Alto Comissário. Esta Conforme.

Para Gungunhana Chefe da Terra de Gaza

Meu Amigo.

Eu sou designado pela Secretaria de Estado para as colônias a informá-lo que enquanto seus enviados Hulu e Unifeti estiveram na Inglaterra, Sua Majestade a Rainha informou-os que as comunicações que ele faria para você (seriam) através dos Ministros de Sua Majestade sobre o assunto da visita de seus enviados.

Eu, portanto, informo-o de que como o acordo com Portugal coloca grande parte do seu território sob proteção desse país, agiu com razão ao não apresentar qualquer pedido formal; para Sua Majestade foi um prazer receber seus dois representantes e aprender com eles sua amigável disposição para com Sua Majestade e seus súditos, um sentimento que Ela retribui inteiramente.

Eu sou seu amigo (assinado) Henry B. Loch 14 de

Agosto de 1891 - Governador de Alto Comissário - Selo do Alto Comissário.

Está conforme.

(Tradução livre do autor).

(ORNELLAS, 1930, p. 23).

ANEXO C – DIRECTOR GERAL DO ULTRAMAR, 12 DE JUNHO DE 1892

Tendo recebido de Sua Exa. O Conselheiro Ministro da Marinha em 9 do corrente um telegrama sobre uma guerra provável do regulo Gungunhana ás nossas terras e tendo respondido telegraficamente no mesmo dia, julgo dever meu dirigis a V. Exa. Um relatório sobre este assumpto que é talvez mais grave do que se pensa.

É muito vulgar correrem boatos de guerras de gentios e este do Gungunhana não mereceria mais consideração se não fosse acompanhado de duas circunstancias que tornam pelo menos presumível que uma vez o boato se torne em noticia verdadeira. Estes factos são o Gungunhana ter pedido o regresso dos filhos e a velhice que vai adquirindo a rebeldia do regulo da Cossine. Antes porem de me ocupar deste assumpto desejo dizer a V. Exa. Que na minha opinião o Gungunhana háde encomodar-nos seriamente enquanto existir e depois de sua morte os seus herdeiros ou herdeiro e destes encomodos só nos libertaremos quando desaparecer o Gungunhana e toda a sua geração, facto de que Sua Exa. o Ministro e V. Exa. estão decerto convencidos há muito tempo.

Não é meu intento aconselhar o governo a destruir o Gungunhana e sucessores porque contra este conselho se levanta o argumento de que para isso é preciso gastar muito dinheiro e alguma gente e o paiz não está hoje em circunstancias de levar por diante uma empresa de semelhante calibre. Todavai não posso deixar de observar que o velho systema dos paliativos usados quando não há meio de resolver radicalmente uma questão também custa muito dinheiro e sobretudo não resolve nada. A Intendencia Geral de Gaza com todas as suas intendências adjacentes custa muito dinheiro e sobretudo custou centos de contos e nem todos os intendentes de Gaza havidos e por haver são capazes de impedir que o Gungunhana nos faça guerra se quiser faze-la.

A respeito da despeza das intendências posso apresentar a V. Exa. o seguinte facto: O intendente de Inhaoxe, que fica para os lados de Sofala, um tenente de Cavalaria de nome Vasconcellos que parece ter sido padre ou sacristão em um celebre casamento simulado há anos em Lisboa que deu origem a um não menos celebre processo, foi mandado não sei por quem para uma intendencia na Cossine, onde anda a construção dum forte que eu não sei para que venha a servir. Para construir este forte requisitou-me há tempo uma quantidade de material que deveria importar, posto lá, em 4:500\$00 reis aproximadamente. Pode V. Exa.

imaginar com que prazer um governador recebe uma requisição desta ordem, quando há dias, em que no cofre se encontra a quantia de 2000 reis de encontro a folhas de pagamento que montam a um e dois contos de reis. E isto com toda a consideração em não fazer saques sobre Lisboa por que não sabemos as dificuldades com que o governo luta por lá. Ainda se estas despesas levassem a alguma decisão! Mas o forte da Cossine não é mais que um simulacro de um palliativo incapacíssimo de fazer estacar uma invasão do Gungunhana. Acima fallei a V. Exa. da velhice da Rebeldia do regulo da Cossine. Eu não sei quando a Cossine pertenceu ao Gungunhana e desde quando está rebelde. O regulo da Cossine recusa tudo quanto o Gungunhana pretende d'ele, declara abertamente querer avassalar-se a Portugal e parte da sua gente tem emigrado para as terras da Coróa. Se houver guerra do Gungunhana creio que será esta a causa e o caso da Cossine não é fácil resolver porque:

1º – Se o Gungunhana é vassalo portuguez e a Cossine pertence ao Gungunhana como é que nós havemos de receber uma vassalagem especial do regulo da Cossine?

2º – Se o Gungunhana é vassalo portuguez mas ao mesmo tempo é independente e não paga tributo porque não obrigamos o regulo da Cossine a obedecer-lhe?

3º – Se o Gungunhana é vassalo portuguez como havemos de obrigar a voltar para as suas terras os emigrantes voluntários que de lá veem para as nossas terras regresso que eles reclamam por meio de embaixadas a este Governo?

4º – Autoridades e entidades dizem que não é prudente avassalar a Cossine, disposta a pagar imposto de palhota, nem fazer movimento de forças porque isso pode fazer suppôr ao Gungunhana que o queremos atacar e decidil-o a tomar a offensiva.

Veja V. Exa. a complexidade deste problema. Se avassalamos a Cossine o Gungunhana faz guerra, se não avassalamos e mandamos obedecer ao Gungunhana e para o mesmo mandamos os seus emigrantes voluntários, declaramos abertamente que não só temos medo d'ele ou pelo menos não temos força para lhe resistir o que abala enormemente o nosso já bem pequeno prestigio nas terras da Coróa além de outros inconvenientes mais elevados e maior interesse.

Duas soluções encontro no caso:

Uma que já disse, é o desaparecimento do Gungunhana e seus herdeiros.

A outra é deixarmos o Gungunhana em paz por enquanto e começarmos a conquista de novo, digo das nossas possessões africanas pelo princípio para que possamos acabal-a um dia.

Eu vou-me explicar, mas preciso primeiro dizer a V. Exa. que eu não pretendo dar conselhos e apresentar novos alvitres.

Seria uma impertinência da minha parte querer fazer a critica dos factos já passados e de systemas postos em pratica por quem tinha para isso muito mais critério do que eu. O meu intento é mostrar o estado em que isto está que é muito diferente do que se julga. É por isso que eu digo que a não se poder acabar com o Gungunhana o deixemos de lado.

Não temos estradas que passem pelos seus terrenos e por isso o comercio não seria prejudicado com o que ele fizesse nas suas terras. Dizer que abandonando-o ele se entregaria a Inglaterra que assim seria mais uma vez nossa vesinha, nos encomodaria e tinha uma outra porta para o interior com prejuízos dos nossos portos, é talvez um argumento de peso, mas eu digo que se abandone o Gungunhana e se retire a intendencia e os fortes da Cossine e outros que tudo são fantasias, pela ocupação efectiva da foz do Inhampura (Limpopo) que fosse uma realidade e fechasse o caminho que os ingleses pretendessem abrir para o interior através do Gungunhana. Tenho ainda a explicar a V. Exa. que o que quero dizer com a conquista das nossas possessões.

Elas não são nossas pelo menos esta de Moçambique, o que é conhecido de toda a gente que por aqui tem passado. Esta província de Moçambique é sem contestação dos pretos que a habitam; isto não é nem um sofisma nem uma subtilidade; aqui mesmo em Lourenço Marques na rua, nas praças publicas, nas casas quem manda é o preto: o preto faz o que quere e tem na vontade e geralmente não faz outra coisa senão apoquentar o branco e fazer-lhe sentir o peso do seu domínio pela independência que gosa e pela resistência a tudo que não seja cavalo-marinho. Nem o corpo de policia com cavalaria e infantaria, nem o batalhão de caçadores, nem a administração do concelho, nem a cadeia e calabouços são capazes de vencer o preto não porque não tenha, aqui forças bastantes, mas porque as leis em vigor não permitem o seu uso.

O preto aqui é senhor absoluto. Nem por dinheiro quer trabalhar e não há meio, por causa da lei, de o obrigar. E quanto isto é aqui em plena cidade cheia de meios de dominar o preto pode V. Exa. imaginar o que será um comando militar de

um alferes e 4 soldados pretos destacados a oito dias de viagem d'aqui. Um forte da Cossine onde há 11 soldados pretos e um oficial, ou mesmo a intendencia geral de Gaza! É claro que querendo conquistar uma terra chegando com 8 soldados, deixar 4 na praia e ir pôr outros 4 a cem milhas não é systema muito menos conquista.

Se nós nem no litoral dominamos o preto como podemos dominal-o no interior?

Dizem que o preto é dominado por um respeito instintivo do branco, sobre tudo portuguez. Mas se isto é uma frase muito bonita para um discurso não deixa de ser uma mentira usada e abusada.

O preto só se domina pela força e como ha pouca, é preciso começar pelo principio. Seria preciso obrigar primeiro o preto na cidade e arredores ao que nos fosse conveniente, sem os amarrar nem fazer escravatura, usando simplesmente os meios dos ingleses nossos visinhos aqui e assim lhes fazer sentir o peso de nossos músculos e a superioridade da nossa raça.

Conseguido isto, continuar para o interior se o paiz vale a pena e por este modo a vez do Gungunhana havia de chegar um dia, tendo custado dinheiro é certo, mas gasto com proveito. V. Exa. por cujas mãos teem passado tantos relatórios, digo alvitres, projectos e systemas, ha-de talvez achar extraordinário, que eu no fim de 10 anos de serviço de Moçambique não tenha chegado a cousa melhor do que acabo de expor o que provavelmente já tenha sido escrito por muitas vezes, mas eu tratei de um assumpto em particular e não expuz tudo que sobre ele tinha a dizer porque não fui convidado pelo Governo.

Voltando ao assumpto principal deste relatório, direi a V. Exa. que além da questão da Cossine o facto do Gungunhana ter pedido o regresso dos filhos que estão em Moçambique dá uns certos indícios de verdade dos boatos de guerra.

O Gungunhana dá como pretexto o facto de dizerem que lhe tinham morto os filhos e por isso o motivo de os querer ver. É claro que tendo ele os filhos em Moçambique tinha medo que nãos façamos sobre eles represálias se nos fizer guerra e quer portanto te-los em casa para os poder ter ao abrigo das mesmas.

Como já disse no meu telegrama, julgo que os boatos de guerra são devidos a diversas expedições de rapazes que o Gungunhana mandou para escolher local para a nova residencia. Ao mesmo tempo a regulo da Cossine diz que receia sempre guerra do Gungunhana pelas continuas desobediências e sobre tudo pela ultima que foi a recusa da gente que lhe pediu o Gungunhana para ajudar a fazer as

novas palhotas. O motivo da mudança segundo comunica o intendente geral, foi ter morrido em Lujunha quasi ao mesmo tempo uma mulher e dois filhos do Gungunhana. Em vista destes factos parece-me prudente tomar algumas medidas preventivas as quaes consistem no estabelecimento de dois depositos de material e munições de guerra na linha férrea e um terceiro no comando militar das terras.

Prudente me parece tomar uma resolução sobre a questão da Cossine e algumas providencias por ocasião da chegada dos filhos do Gungunhana de Moçambique para o que espero instruções superiores. O que de tudo tenho a honra de comunicar a V. Exa. pedindo para o submeter á apreciação de Sua Exa. o Ministro da Marinha.

Augusto Cardoso.

(ORNELLAS, 1930, p. 13-18).

**ANEXO D – CARTA DE HENRI JUNOD PARA ANTÓNIO ENNES – ORIGINAL EM
FRANCÊS – TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS**

Lourenço Marques, 23 de Fevereiro de 1895

À Sua Excelência, o Senhor Conselheiro Antonio Ennes
Comissário Real de Moçambique
Muito honorável Senhor

Vós exprimistes o desejo de receber uma cópia do relato que redigi no começo da guerra nele contendo como os indígenas relatam as circunstâncias que a determinaram. Eu tenho como dever de vos comunicar, mesmo que penoso seja esse relato.

Veja bem, muito honorável senhor, que não se trata de um ponto de vista crítico, nem de falar mal das autoridades envolvidas. Se trata unicamente de estabelecer a verdade a qual todos tem interesse de conhecer.

Eu pensei sobre a questão que vós demandastes minha opinião e perguntei a dois dos nossos cristãos, refugiados de Magaia, sobre isso.

Suas ideias é que é impossível não importando como de ir à Magaia sem correr um grande risco de ser considerado um espião e condenado à morte. Eles não se sentem vocacionados de ir lá para ver se verdadeiramente Mahazoule deseja a paz e está pronto a se submeter às condições que lhe serão colocadas.

Eu não pude evidentemente insistir com os dois nessas circunstâncias, e, é com imenso pesar que vejo esta última chance de um término pacífico nos escapar.

Reiterando a V. Exa. a expressão de minha gratidão pela confiança que Ela tem testemunhado, e lhe garanto que permanecerei discreto, respeitosamente devotado.

Henri A. Junod, missionário suíço.

Como os indígenas relatam os fatos que deram origem à guerra no distrito de Lourenço Marques. (Testemunhas Manganganyélé, Palane, Simeon, de Magaia)

A genealogia dos chefes de Magaia (ou antes Mazisaya) é a seguinte: Makriakaia teve como principal filho Mapounga. Muitos outros filhos nasceram de esposas secundárias. Um desses é Klewana. Mapounga reinou por muitos anos e morreu em 1890. Ele tinha designado como seu sucessor seu filho Mahazoule que viveu e já estava na colina de Nouagomane a Oeste do Nkomati e ao Sul do córrego Bobolé.

Todos estavam de acordo com isso, e as insígnias da realeza (vestimentas, etc.) foram entregues para Mahazoule pouco após a morte do seu pai.

Contudo ele não foi conduzido oficialmente a residência real a leste do Nkomati antes do fim de 1892. Eu o encontrei sobre a colina de Nouagomane numa pequena viagem que fiz em Setembro de 1892. Ele já estava bastante alcoolizado, mesmo sendo ainda um homem jovem gastava em água da vida com os Baneanos todo o dinheiro que tinha.

Depois do luto de Mapounga, conforme o costume do país, seus súditos fiéis ficaram espantados de seu sobrinho Mobvesha, filho de Alewane, reclamar que lhe dessem uma parte do país de Magaia. Essa pretensão foi discutida com o Senhor de Serra, comissário português sobre os nativos, residente nas terras da Corôa, em Angoane.

Mahazoule chegou com os seus trajes reais e declarou que se ele não era o chefe legítimo deveriam lhe retirar os trajes reais e enviá-los a Mobvesha, Senhor de Serra declara que isso não seria colocado assim por Mahazoule, mas que Mahazoule era o chefe legítimo colocado no trono, com o consentimento e pela ordem de Mapounga.

Ao término ele disse para Mahazoule que ele tinha que caçar Mobvesha, se ele ainda estivesse entediado.

“Nós estamos sob a direção dos brancos e nós não temos o direito de matar” – pensamento da gente de Mahazoule. – “Se os antigos costumes prevalecessem, Mobvesha seria morto como um cão, mas teremos pena dele e o pouparemos.” Mobvesha julgou prudente fugir para o país de Novambe (Maio de 1891).

Este homem que parecia ter uma natureza intrigante voltou logo a se estabelecer em Mboukouana a poucos passos do residente português. Ali ficou alguns meses.

Precisamente quando dali se afastava Senhor de Serra para retornar a Lisboa, lamentado universalmente pelos indígenas com os quais ele se entendia bem, Mobvesha espera que essa mudança de funcionário lhe seja favorável, e ele faz crer que ele estava injustamente privado de seu país por Mahazoule.

O novo residente (Senhor Nogueira, se eu não me engano) chama os conselheiros de Mahazoule para discutir a pretensão de Mobvesha.

Após ter estudado o caso, ele lhes diz: que lhe é impossível mudar qualquer coisa ao que está definido, que Mahazoule é o legítimo sucessor de Mapounga., como Nonamantibejane aquele de Zihlahla (Agosto 1892?), Mobvesha repellido mais uma vez permaneceu quieto, permanecendo sempre nas margens do Nkomati, nas planícies a Oeste do rio.

Mas na segunda metade de 1893 ele recomeça suas intrigas. Existe perto do lago Hlangouningine, a noroeste do país de Magaia, uma população de considerável importância, que tinha apenas pequenos chefes residentes entre eles e que reconheciam Mahazoule como seu suserano. Mobvesha deseja se estabelecer lá para conseguir uma localização melhor que na planície de Nkomati (às vezes inundada pela enchente anual), e também para ter mais homens à sua disposição para realizar seus planos.

Mas todos os súditos de Mahazoule se opuseram, também os habitantes do lugar, e eles foram colocar os leões, Modgipi como pequeno chefe de Hlangouningine, no final de 1893.

Seis meses mais tarde, nova altercação. Mobvesha não mais satisfeito com seu território, queria ir plantar nos campos da colina onde reside o velho conselheiro Djoundjou. Este é um dos mais fortes defensores da dinastia reinante. Cansado das dificuldades criadas constantemente por Mobvesha, o povo de Djoundjou expulsou seus lavradores com varas (Junho ? 1894). Mobvesha veio se queixar ao comissário português. (Deixemos de lado aqui um incidente que contam para explicar o favor através do qual foi recebido).

Aqui chegamos aos eventos de Julho-Agosto de 1894, que, tão rapidamente, provocaram uma séria guinada.

Mahazoule, convocado pelo comissário, recusou-se a princípio a ir a Angoane. Ele estava doente. Outro motivo o impediu: ele tinha medo de ser preso, a exemplo do rei de Tembe, Mabai, preso e enviado a Moçambique, enquanto ele chamava seus superiores para discutir assuntos, fazendo-o considerar sua prisão como provável. Além disso, dois fatos ainda contribuíram para deixá-lo de mau humor (para não mencionar seu constante estado de intoxicação): vários indígenas haviam sido presos em Lourenço Marques sem terem cometido nenhum erro, foram enviados a Moçambique (como soldados). Essas deportações tiveram uma reverberação dolorosa em todo o país. Em segundo lugar, havia rumores de que este ano haverá uma taxa de 12/ por cabana em vez de 4/. Os nativos achavam que era impossível para eles pagar por isso, pois estavam sendo solicitados a fazer tarefas, que às vezes duravam semanas, senão meses.

Ao final, porém, Mahazoule decidiu a vir para Angoane, mas acompanhado de todo o seu exército, para que seus guerreiros o libertassem se ele fosse capturado. O residente ficou desagradavelmente surpreso ao ver tantos homens armados com azagaias e escudos, e ele se recusou a discutir nessas circunstâncias. Ele acusou Mahazoule de tê-lo ameaçado.

Dizem que o régulo aproveitou a ocasião para dizer que seu povo não seria capaz de pagar a taxa projetada, porque, disse ele, se vamos trabalhar na cidade para ganhar dinheiro, nós seremos presos e enviados para Moçambique!

O residente dispersou o exército após um presente de dois garrafões de água-da-vida. (10 de Julho de 1894).

Mahazoule se recusou a retornar sozinho para ouvir o que o comissário tinha a lhe dizer. Mas dez de seus conselheiros foram em seu lugar, acompanhados de muitos homens. (27 de Agosto de 1894). Lhes ordenaram se render sem armas em Angoane.

Quando chegaram à casa do comissário, foram apreendidos pela polícia negra, e Mobvesha ajudou a prendê-los. Seus homens se opõem a essa prisão, os livram das mãos dos soldados portugueses e partem com eles.

Vários tiros são disparados contra eles, uma bala perfura a orelha do conselheiro Djoudjou. A partir de então é guerra!

Tais são os fatos narrados pelos indígenas, e que me contentei em escrever sem nenhum comentário.

Henri A. Junod

Tradução livre efetuada por Felipe Augusto Cagi Deroza, adaptada pelo autor.

Transcrição em francês:

Lourenço Marquez 23 Fevrier 1895

A SON EXCELLENCE, MONSIEUR LE CONSEILLER
ANTONIO ENNES
COMISSAIRE ROYAL DE MOZAMBIQUE

TRÉS HONORÉ MONSIEUR

Vous avez exprimé le désir de recevoir une copie du rapport que j` ai rédigé au commencement de la guerre y exposant comment les indigènes racontent les circonstances qui l` ont déterminée. J` envisage comme um devoir de vous le communiquer, quelque pénible que soit ce récit.

Croyez bien, très honoré Monsieur, que ce n`est point dans um but critique que j`ai mis par écrit le témoignage des indigènes, ni pour dire du mal des autorités qui sont em cause. Il s`agit uniquement d` établir vérités que tous ont intérêt à connaître.

J` ai songé à la question sur laquelle vous avez daigné ma demander mon avis et ai interrogé deux de nos chrétiens, réfugiés de Magaia, à ce sujet. Leur idée c`est qu`il est impossible à n` import qui d` aller maintenant à Magaia sans courir le très grande risque d` être pris pour un espion et mis à mort. Ils ne se sentent pas la vocation de s` y rendre pour voir si vraiment Mahazoule désire la paix y est prêt à se soumettre aux conditions qui lui seront posées. Je ne puis évidemment insister

auprès d` eux dans ces circonstances, et, avec um immense regret, je vois cette dernière chance de terminaison pacifique nous échapper.

Em reiterant à V. Ex. l` expression de ma gratitude p.r la confiance qu` Elle m`a temoignée, et em lui donnant l` assurance que je saurai être discret je demeure, son respectueusement devoué

Henri A. Junod, miss. suisse.

Comment les indigènes racontent les faits qui ont donné lieu à la guerre du district de Lourenço Marques. (Témoins Manganganyélé, Palane, Simeon, de Magaia)

La généalogie des chefs de Magaia (ou plutôt Mazisaya) est la suivante: Makriakaia a eu pour fils principal Mapounga. De nombreux enfants lui sont encore nés de femmes secondaires. L` um deux est Klewana. Mapounga régna de nombreuses années et mourut em 1890. Il avait désigné comme son successeur son fils Mahazoule qui demeurait et régnait déjà sur la colline de Nouagomane, à l` ouest du Nkomati & au sud du ruisseau Bobolé. Chacun avait été d` accord à ce sujet, et les insignes de la royauté, (vêtements, etc.) avaient été remis à Mahazoule peu après la mort de son père. Néanmoins il ne fut pas installé officiellement dans la résidence royale à l` Est du Nkomati avant la fin de 1892. Je l` ai encore rencontré sur la colline de Nouagomane dans um petit Voyage que j` ai fait en 1892, septembre. Il était déjà alors fortement alcoolisé, quoique tout jeune homme encore, et dépensait en eau-de-vie, chez les Banyans, tout l` argent qu` il avait.

Lorsqu`on pleura Mapounga selon la coutume du pays, ses sujets fidèles furent fort étonnés de voir surgir parmi ses neveux Mobvesha, fils de Alewane, reclamant qu` on lui donna une partie de la contrée de Magaia.

Cette prétention fut discutée devant M. de Serra, commissaire portugais sur les natifs, résident sur les terres de la courone, à Angoana. Mahazoule arriva avec ses habits royaux et déclara que s` il n` était pas le chef legitime, on devait les lui enlever et les donner à Mobvesha, Mr. De Serra déclara qu` il n` em serait point ainsi mais que Mahazoule était le chef legitime, placé sur le trône avec le consentement et par l` ordre de Mapounga. Il disait em terminant à Mahazoule qu` il n` avait qu` à chasser Mobvesha, s` il l` ennuyait encore. “ Nous sommes sous la direction des blancs et nous n` avons pas le droit de tuer” – pensèrent les gens de Mahazoule. – “

Si c'étaient encore nos anciennes coutumes qui prévalaient, Mobvesha serait tué comme un chien; mais nous aurons pitié de lui et l'épargnerons". Mobvesha jugea prudent de s'enfuir par le pays de Novambe (milieu de 1891).

Mais cet homme qui paraît être d'une nature fort intrigante revint bientôt s'établir chez Mboukouana à quelques pas du résident portugais. Il y demeura quelques mois. C'est justement au moment où Mr. De Serra sortit de sa place pour s'en retourner à Lisbonne, universellement regretté par les indigènes avec lesquels il s'entendait bien Mobvesha espéra que ce changement de fonctionnaire lui serait favorable, et il tâcha de faire croire qu'il était injustement privé de son pays par Mahazoule. Le nouveau résident (Monsieur Nogueira, si je ne me trompe) appela les conseillers de Manazioule pour discuter avec eux la prétention de Mobvesha.

Après avoir étudié le sujet, il leur dit: il m'est impossible de changer quelque chose à ce qui est écrit ici, c. a. d. , que Mahazoule est le légitime successeur de Mapounga, comme Nonamantibejane celui de Zihlahla (août 1892 ?).

Mobvesha repoussé une fois de plus se tint tranquille, demeurant toujours au bord du Nkomati, dans la plaine à l'Ouest du fleuve.

Mais dans la seconde moitié de 1893 il recommença ses intrigues. Il y a, aux environs du lac Hlangounyingine, au N. O. du pays de Magaia, une population assez considérable et que n'avait pas de petit chef résident au milieu d'elle, mais qui reconnaissait Mahazoule comme son suzerain. Mobvesha désira s'établir là, afin d'obtenir un emplacement meilleur que la plaine du Nkomati (parfois submergée par l'inondation annuelle) – et aussi pour avoir plus d'hommes à la disposition afin de réaliser ses plans. Mais tous les sujets de Mahazoule se opposèrent, les habitants du lieu aussi, et ils allèrent placer l'un d'eux, Modgipi comme petit chef du Hlangounyingine, fin de 1893.

Six mois plus tard, nouvelle altercation. Mobvesha, ne se contentant plus de son territoire, voulut aller faire des champs sur la colline où demeure le vieux conseiller Djoundjou. Celui-ci est un des plus fermes soutiens de la dynastie régnante. Fatigués des ennuis continuels créés par Mobvesha, les gens de Djoundjou chassèrent ses laboureurs à coups de bâton (Juin? 1894). Mobvesha vint se plaindre au commissaire portugais. (N'laissons de côté ici un incident qu'on raconte pour expliquer la faveur avec laquelle il fut reçu).

Ici nous arrivons aux événements de Juillet-Août 1894, qui, si rapidement, ont pris une tournure grave.

Mahazoule, mandé par le commissaire, refusa tout d'abord de se rendre à Angoana. Il était malade. Une autre raison le retenait: il craignait d'être arrêté, et l'exemple du roi Tembê, Mabai, mis en prison envoyé à Mozambique, alors qu'il venait sur l'appel de ses supérieurs, discuter des affaires, lui faisant envisager son arrestation comme probable. De plus, deux faits contribuaient encore à le mettre de mauvaise humeur (sans parler de son état d'ivresse continuelle): Plusieurs indigènes avaient été arrêtés à Lourenço Marques sans avoir commis de fautes, avaient été expédiés à Mozambique (comme soldats). Ces déportations avaient eu un retentissement douloureux dans tout le pays. En second lieu, le bruit courait qu'on réclamerait cette année une taxe de 12/ par hutte au lieu de 4/. Les natifs estimaient qu'il leur était impossible de payer cela, étant donné qu'on réclamait d'eux des travaux de corvée, qui duraient parfois des semaines sinon dans mois. À la fin, cependant Mahazoule se décida à venir à Angoana, mais accompagné de toute son armée, afin que ses guerriers le délivrent s'il était saisi. Le résident fut désagréablement surpris à la vue de tant d'hommes munis d'assagaies et de boucliers et il refusa de discuter dans ces circonstances. Il blâma Mahazoule de les avoir amenés. On dit que le régule saisi cette occasion pour dire que ses gens ne pourraient pas payer la taxe projetée, car, disait-il, si nous allons travailler en ville, pour gagner de l'argent, nous sommes pris et envoyés à Mozambique! Le résident renvoya l'armée après un cadeau carafons d'eau-de-vie. (10 Juillet 1894).

Mahazoule refusa de revenir seul pour entendre ce que le commissaire avait à lui dire. Mais, dix de ses conseillers allèrent à sa place, accompagnés de plusieurs hommes. (27 Août 1894). On leur avait ordonné de se rendre sans armes à Angoana. Arrivés chez le commissaire ils sont saisis par la police noire, et Mobvesha aida à les arrêter. Leurs hommes s'opposent à cette arrestation, les délivrent des mains des soldats portugais et partent avec eux. On leur tire dessus plusieurs coups de fusil une balle perce l'oreille du conseiller Djoudjou. Dès lors, c'est la guerre! Tels sont les faits que racontent les indigènes, & que je me suis contenté de rédiger sans aucun commentaire.

Henri A. Junod

(CAETANO, 1947, p. 41-46).

ANEXO E – DE ANTÓNIO ENNES AO GUNGUNHANA

GUNGUNHANA

Eu rei grande da província de Moçambique, mandado aqui pelo meu rei D. Carlos I para vir saber como estam estas coisas da guerra e mandar vir as forças de Lisboa conforme foi preciso, mando-te o meu ajudante com esta carta para te dizer umas coisas e falarmos direito, para saber se afinal és filho do coração do rei ou não.

O que o rei tem feito por ti não é preciso lembrar-te porque sabes bem que se o rei não tem dado peças a teu pai Muzilla para bater o Mahueva não serias hoje regulo de Gaza.

Se os zulos e Lobengulla tivessem por pai o meu rei não lhes teria acontecido o que sabes e assim eles hoje nada sam e apenas tu te conservas grande devido à amizade do rei que constantemente te dá saguatis para te mostrar que és filho direito d'elle.

O meu grande disse-me que tu pedias licença para bater o Guambás e Zavalla, elle negou-te, e eu confirmo. Não te dou licença para os bateres, se o fizeres depois te arrependerás. Quero fazer justiça, se elles te fizerem mal eu os castigarei, mandando-os se for preciso para a Guiné.

Nada mais te digo os meus dois grandes te explicarão o que for preciso e ainda te faço mais, se quiseres, manda um ou dois grandes aqui a Chilunguene (Lourenço Marques para os nativos) para dizerem direito alguma coisa que queiras.

Mando-te um saguati, e a teu filho Umpissota uma lembrança por ter o meu nome e ser meu afilhado

Teu pai se tiveres juízo

A.

(CAETANO, 1947, p. 39-40).

ANEXO F – RESIDÊNCIA DE GAZA, JUNTO DE MANJACAZE, 14 DE AGOSTO DE 1895

Querida mãe.

Aqui estou com o conselheiro Almeida e mais dois oficiaes, um secretario dele e outro comandante do pelotão de lanceiros que trouxe d' escolta. Chegamos a 4 á noite depois de 11 horas de marcha desde o Chicomo e a 6 o regulo mandava nos cumprimentar por cerca de 200 dos seus chefes dizendo que só podia ele vir no dia 8 pois tinha morrido nessa noite uma de suas mães, viúva do Muzila. A 8 veio com efeito á nossa residência. É o Almeida o *unico* portuguez que tem conseguido que ele o visite sempre primeiro; é, como naturalmente devia ser um dos funcionários do Ultramar de quem os outros dizem mais mal e a quem o Marianno tem feito tanta guerra; mas de todos os que conheço é quem tem mais bom senso e mais conhecimento dos negócios daqui. Mas fechamos estes parenthesis e tratemos de dar uma ideia do espectáculo que presenciei nesse dia, espectáculo que bem poucos europeus tem visto e com certeza o mais extraordinário a que tenha assistido.

Pelas 9 horas da manhã, do mato que fecha a elevação onde está o Curral do Gungunhana, vinha sahindo uma multidão de gente descendo para a grande lingua do Manguanhana.

Ao chegar á planicie tudo isso fez alto formando uma densa linha negra que nos fechava o horizonte. Lentamente se foi ela aproximando de nós; pouco a pouco iam-se percebendo e distinguindo os vultos quando se partiu em 6 colunas, 2 delas muito profundas ladeadas, cada uma por duas mais pequenas. Eram as duas mangas de guerra dos Impafumane (homens altos) e Zinhone M'Chope (passaros brancos) dividida cada uma em três troços (mabange) na força de perto de 3000 homens cada uma, ostentando toda a galla e a riqueza selvagem do magnifico traje de guerra vatua. Vinham armados só de cacetes, prova de suas intenções pacificas, e toda essa massa immensa avançava para nós cercando a Residencia sem um ruído sequer, manobrando com uma precisão e regularidade que fariam inveja a europeus. A cerca de 500 metros de nós destaca-se para a frente o *bobo on jogral* do exercito, literalmente coberto de peles de tigre, com um immenso capacete de pennas negras na cabeça, dando cabriolas, ladrando como um cão, cantando como um galo. Ja estavam as mangas juntas á residência, e as seis colunas formaram

linha em semi circulo em volta de nós vindo para a frente até 15 ou 20 metros um grupo de cerca de 100 homens. Entre estes vinha o Gungunhana que conheci logo, apesar de nunca lhe ter visto retrato algum; era evidentemente o Chefe d'uma grande raça. Desse grupo adiantou-se um dos principaes, orando por bastante tempo, dando-nos as boas vindas em nome do regulo e da sua nação e terminando pela saudação vatua: *bahete!* Que repetida pelas milhares de bocas que nos cercavam produzia o effeito d'uma descarga de fuzilaria.

Então o regulo adiantou-se sentamo-nos e trocaram-se os mais cordiaes cumprimentos. É um homem alto, pouco mais baixo do que eu, e sem ter as magnificas feições que tenho notado em tantos dos seus, tem-nas sem duvida belas, testa ampla, olhos castanhos inteligentes, e um certo ar de grandeza e superioridade. Ao levantar-se fez-se de novo ouvir o estrondoso, *bahete!* e formando outra vez as mangas em columna, mandou-as entoar o canto de guerra. Aqui eu devia parar! Nada no mundo pode dar uma pálida ideia da magnificencia do hino, da harmonia do canto, cujas notas graves e profundas vibradas com entusiasmo por 6000 bocas faziam nos estremecer até ao intimo. Que magestade, que energia n'aquela musica ora arrastada e lenta quasi moribunda, para ressurgir triumphante n'um frêmito d'ardor, n'uma explosão queimante de entusiasmo! E á medida que as mangas se iam afastando, as notas graves iam dominando, ainda por largo espaço, roboando pelas encostas e entre as matas do Manjacaze! Quem seria o compositor anonymo d'aquela maravilha? Que alma não teria quem soube meter em tres ou quatro compassos, a guerra africana com toda acre rudeza da sua poesia? Ainda hoje nos "cortados ouvidos me ribomba" o echo do terrivel canto de guerra vatua, que tantas vezes o esculca chope ouviu transido de terror, perdido por entre as brenhas destes matos nos quais vivo ha um mez.

No dia seguinte fomos á *banja*, especie de conselho de estado, onde teem assento os membros da familia do regulo e os grandes senhores de terras, umas trinta e tantas pessoas ao todo, e entabolámos as negociações. Desde o princípio se nos apresentou uma grande dificuldade, a de convencer o Gungunhana de que a submissão as nossas vontades o livrará da guerra. Se as tropas são tantas e estão nas minhas fronteiras não foi só para que vocês me viessem cá dizer isso. Se eu tivesse dito que não, percebia então essa aproximação. Enfim seria longo enumerar os argumentos apresentados de um e outro lado em tres *banjas* de cerca de 4 horas cada uma. Só direi que admirei o homem, discutindo durante tanto tempo com uma

argumentação lucida e logica. Enfim conseguimos o seguinte: Entrega com refens e como prova da entrega dos rebeldes de dois indumas grandes que nós nomearmos; entrega de 1000 libras em ouro e 3 dentes de marfim para *pegar pé ao Rei*, isto é, para que o Rei continue a considerar súbdito.

Aceita a imposição do tributo e a ocupação militar de postos no território, e logo que as tropas saiam das fronteiras entrega os rebeldes. Antes de hontem foram d'aqui dois longos telegramas ao Ennes; eu dizia no meu que julgo impossivel alcançar mais agora e que acho perfeitamente aceitavel a solução proposta. Como represento o exercito nisto tudo quiz que ele soubesse a minha opinião particular. Agora resta esperar a resposta. O fio telegrafico acaba a tres dias d'aqui, e só a 19 ou 20 cá podemos tel-a. Cá ficamos pois á espera.

Filho maior amigo.

Ayres.

(ORNELLAS, 1930, p. 91-94).

ANEXO G – ILUSTRAÇÕES RELEVANTES

Figura 6 – Vista de Lourenço Marques



Fonte: Ornellas (1930, p. 128-129).

Figura 7- Entrada da Fortaleza de Maputo



Fonte: foto produzida pelo autor.

Figura 8 – Fortaleza de Maputo: a prisão de Ngungunyane esculpida por Leopoldo de Almeida



Fonte: foto produzida pelo autor.

Figura 9 – Fortaleza de Maputo: a carga de Macontene esculpida por Leopoldo de Almeida



Fonte: foto produzida pelo autor.

Figura 9 – Urna funerária de Ngungunyane (lateral)



Fonte: foto produzida pelo autor.

Figura 10 – Urna funerária de Ngungunyane (topo)



Fonte: foto produzida pelo autor.

